

PROT-OVT

Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

Documento de Trabalho

Área sectorial	Padrões de Ocupação do Solo		
Designação do documento	Diagnóstico Estratégico/Visão		
Contacto da equipa			
	Data	04	2008

Equipa:

Joana Sena Rego, arquitecta paisagista

Linda Irene Pereira, geógrafa
Ricardo Domingues, engenheiro do território
Hugo Carmo, urbanista

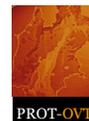


Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo



União Europeia
FEDER





ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. METODOLOGIA	5
2.1 Dados	5
2.2 Metodologia	6
2.3 Informação produzida	7
3. PADRÕES DE OCUPAÇÃO DO SOLO	9
3.1 Áreas Edificadas	11
3.2 Infra-estruturas e Equipamentos	26
3.3 Indústria Extractiva	26
3.3 Indústria, comércio, armazenagem e logística	26
3.5 Áreas Florestais	27
3.6 Áreas Agrícolas	30
3.7 Áreas Silvestres	35
3.8 Planos de Água	39
4. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	41
4.1 Expressão regional dos POS	41
4.2 Grandes Tendências	46
5. ANÁLISE SWOT PARA REGIÃO	51
5.1 Forças	51
5.2 Fraquezas	51
5.3 Oportunidades	52
5.4 Ameaças	52
6. AMBIÇÃO E OBJECTIVOS PARA A REGIÃO	53
7. PAISAGENS NOTÁVEIS	54
Anexo 1. FICHAS POR PADRÃO	58
Anexo 2. FICHAS POR PAISAGENS NOTÁVEIS	94

1. INTRODUÇÃO



O presente relatório corresponde à fase de diagnóstico estratégico/visão, do estudo Padrões de Ocupação do Solo no âmbito do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROTOVT).

A elaboração de um estudo dos padrões de ocupação do solo constitui um trabalho de base fundamental para a identificação dos fenómenos territoriais que dão origem ao modelo de ocupação do solo actual, assim como para a identificação das principais dinâmicas instaladas e emergentes. Em fase posterior, esta informação articulada com os contributos das restantes equipas sectoriais do PROTOVT, constitui um elemento indispensável na fundamentação das opções de planeamento e na construção do Modelo Territorial. É ainda informação fundamental para a delimitação das Unidades Territoriais e da Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental.

O estudo enquadra-se na metodologia proposta nos documentos de referência do PROTOVT, e integra princípios desenvolvidos no âmbito da elaboração de outros planos de ordenamento regional, designadamente o PROT da Área Metropolitana de Lisboa e Vale do Tejo e o PROT Algarve. Em ambos os PROT, a elaboração de uma cartografia de padrões de ocupação do solo actualizada e com elevado grau de detalhe foi fundamental para o desenvolvimento do plano.

2.METODOLOGIA

A metodologia adoptada para a elaboração da carta de padrões de ocupação do solo (POS) assenta num conjunto de pressupostos que privilegiam a produção de informação sintética, com elevado grau de rigor e detalhe, que evidencie as características dominantes das principais tipologias de ocupação. A importância da produção de cartografia com base em elementos de suporte actualizados, com as escalas adequadas é um contributo fundamental para informar e suportar orientações de planeamento territorial.

A abordagem utilizada neste estudo assenta em princípios da Ecologia da Paisagem, que enfatizam as relações entre espaços e usos, através das suas interacções, hierarquia, estrutura, funções e fluxos de energia. Foi assim, efectuada a produção de uma cartografia cujos elementos se estruturam em matrizes, padrões e corredores, associados ao edificado, aos espaços agrícolas e florestais. Estes elementos foram organizados em classes e sub-classes, aferidas à realidade territorial ao longo da primeira fase de elaboração do estudo, e cujo papel dominante, valor global e relações que estabelecem com os territórios envolventes foi também avaliado.

2.1 DADOS

A produção da cartografia de padrões de ocupação do solo foi desenvolvida em ambiente SIG e teve por base as fotografias aéreas digitais à escala 1:5000 (pixel 0,5m) produzidas pelo Instituto Geográfico Português, resultantes de voos realizados durante o período de 2005/06. Estas fotografias constituem um elemento de suporte actualizado, com escalas adequadas à interpretação do território em análise.

Como complemento, foram utilizados alguns dados em formato vectorial considerados relevantes para o cumprimento dos objectivos propostos, designadamente:

- os limites administrativos da região, sub-regiões e concelhos da OVT,
- a rede hidrográfica principal,
- a toponímia,
- e a carta de ocupação do solo -cos90.

2.2 METODOLOGIA

A metodologia adoptada neste trabalho divide-se em 4 etapas fundamentais:

FASE 1. Impressão das fotografias aéreas por concelho, reconhecimento do território e ajuste da legenda

A impressão das fotografias aéreas por concelho permite uma rápida apreensão da realidade do território servindo simultaneamente, como base de validação e ajuste da legenda pré-definida dos padrões de ocupação do solo. A escala utilizada para a impressão - 1:10 000 - foi estabelecida em função das características específicas do território e dos objectivos e trabalhos a desenvolver no âmbito do PROTOV.

Através destas impressões efectuou-se a primeira delimitação dos padrões de ocupação do solo da OVT e, simultaneamente, estabilizou-se a legenda ao nível das sub-classes dado terem sido salientadas realidades territoriais até ao momento pouco evidentes. A versão final da legenda utilizada neste estudo está incluída no Anexo 1, organizada em formato de fichas nas quais se inclui a descrição e uma imagem representativa de cada sub-classe.

FASE 2. Foto-interpretação e digitalização dos padrões por concelho

Após a análise efectuada na primeira fase, foi efectuada a foto-interpretação e digitalização *on screen* dos padrões de ocupação do solo para cada concelho da OVT. A escala de digitalização utilizada foi 1:10 000, embora tenham sido efectuadas ampliações à escala 1:5 000 sempre que fosse necessário analisar em maior detalhe aspectos e fenómenos específicos do território. Esta

digitalização foi efectuada em ambiente SIG, constituindo-se um ficheiro de polígonos com uma tabela de atributos associada.

FASE 3. Junção da informação por sub-região e verificação da coerência regional

Após a foto-interpretação de toda a região foi efectuada a junção dos vários ficheiros dos padrões de ocupação do solo relativos à totalidade dos concelhos. Esta junção foi efectuada, numa primeira fase, por sub-região e numa segunda fase para a totalidade da OVT.

Este procedimento teve como principal objectivo verificar a coerência regional, sub-regional e inter-concelhia na aplicação da legenda ao nível das sub-classes de modo a garantir a qualidade e consistência da informação. Sempre que necessário foram efectuados ajustes ao nível das classificações aplicadas e ao nível dos limites de polígonos.

FASE 4. Validação da informação

Nesta última fase, procedeu-se à avaliação e análise dos padrões de ocupação do solo de modo a garantir a coerência e consistência dos dados, tanto ao nível da estrutura gráfica do ficheiro, como da adequação dos critérios e regras utilizados na interpretação do território. Foram efectuadas dois tipos de análises: uma *análise interna* que permitiu verificar a qualidade gráfica do ficheiro, e uma *análise de conteúdo*, na qual se analisou o atributo dos polígonos em função do contexto em que se insere.

Durante o processo de junção da informação (fase 3) e validação da informação (fase 4), foram efectuadas saídas de campo onde se verificaram as classificações aplicadas por amostragem.

2.3 INFORMAÇÃO PRODUZIDA

A informação produzida consiste num ficheiro de dados com rigor cartográfico à escala 1:5000 e com sistema de coordenadas Hayford-Gauss, Datum 73. A informação é representada numa estrutura de polígonos aos quais estão

associados atributos organizados numa tabela construída de modo a representar a informação de acordo com diferentes níveis, temáticas e objectivos de análise e diagnóstico. O rigor cartográfico da informação produzida e a escala utilizada são compatíveis com outras fontes de informação digital essenciais a uma gestão territorial integrada.



3.PADRÕES DE OCUPAÇÃO DO SOLO.

A identificação dos padrões de permite evidenciar a estrutura do povoamento e as suas principais tipologias, bem como, as formas de apropriação e exploração do espaço decorrentes das suas características morfológicas e biofísicas.

A utilização e opção por um determinado conjunto de padrões decorre de uma análise prévia efectuada por amostragem e do conhecimento que existe sobre a realidade territorial. Por outro lado, depende também da tipologia de estudo ou de plano para o qual a informação é gerada. Assim, a legenda ou a discriminação dos padrões utilizados já expressa um conjunto de preocupações ou de intenções que o plano virá a assumir.

A classificação adoptada neste estudo divide-se em dois níveis - classes e sub-classes - o que permite desagregar as realidades territoriais mais complexas e compreender a expressão territorial dos fenómenos em estudo e das suas dinâmicas. A listagem que a seguir se apresenta na tabela 1, foi adaptada ao longo da realização dos trabalhos em função da grande diversidade territorial que a região apresenta e foi apoiada também em saídas de campo para verificação e validação das opções utilizadas.

Nos ponto seguintes apresenta-se um conjunto de considerações que expressam as potencialidades e os problemas decorrentes dos padrões identificados nomeadamente, sobre a sua expressão territorial e a sua contribuição para o diagnóstico e elaboração da proposta de modelo territorial.

Tabela 1

Classe		Sub-classe	
AE	Áreas Edificadas	AEC	Áreas Edificadas Compactas
		AEF	Áreas Edificadas Fragmentadas
		AED	Áreas Edificadas Dispersas Tipo1 - ≤ 10 edif./25ha Tipo 2 – 10 a 50 edif./25ha Tipo 3 - ≥ 50 edif./25ha
		AER	Áreas Edificadas em Espaço Rústico Tipo 1 – ≥ 3 e ≤ 10 edif./25ha Tipo 2 – 10 a 25 edif./25ha Tipo 3 – ≥ 25 e ≤ 50 edif./25ha
		AEL	Áreas Edificadas Lineares Tipo 1 – Contínuas Tipo2 - Descontínuas
		EVC	Espaço Vazios em Construção
		AEG	Áreas Edificadas com Golfe Associado
		AEU	Áreas Edificadas Unifamiliares
IF	Infra-estruturas e Equipamentos	EQP	Parques de Campismo
		IFA	Instalações Aeroportuárias e Militares
		IFE	Parques Eólicos
		IFP	Portos e Marinas
IE	Indústria Extractiva	IEX	Áreas de Indústria Extractiva
IN	Indústria, Comércio, Armazenagem e Logística	IND	Indústria, Comércio, Armazenagem e Logística
AF	Áreas Florestais	AFO	Povoamentos Florestais
		AFM	Povoamentos de Sobreiros e/ou Azinheiras
		AFA	Áreas Agro-florestais
AA	Áreas Agrícolas	AAG	Áreas Agrícolas
		AAE	Áreas Agrícolas com Estufas
		AAV	Áreas de Pomar, Vinhas, Horto-frutícolas e Olival
		AAP	Áreas Agrícolas de policultura
		AAA	Áreas de Baixas Aluvionares
AS	Áreas Silvestres	ASM	Matos
		ASA	Matos com Aforamentos Rochosos
		DNS	Dunas
		AHS	Sapais e Zonas Intertidais
		PRP	Praias
AG	Planos de água	AGR	Cursos de Água
		AGA	Albufeiras e Lagoas

3.1 ÁREAS EDIFICADAS

As áreas edificadas ocupam cerca de 10% do território da OVT, correspondentes a 857.650 hectares valor que ultrapassa largamente a média nacional e reflecte a importância que as questões do povoamento deverão assumir nas propostas regionais. As sub-classes utilizadas neste estudo foram aferidas à realidade territorial incluindo uma vasta diversidade de formas, tipologias e densidades. Este facto reflecte a necessidade de existir diferentes acções de planeamento e gestão territorial para as áreas edificadas, assim como estudar formas para estruturar e conter, através de acções específicas, determinados tipos de fenómenos como a edificação dispersa e linear.

As sub-classes utilizadas são as apresentadas na tabela 2 onde é também referida a sua expressão territorial em termos estatísticos. Nos pontos seguintes é efectuada uma descrição detalhada das mesmas onde se foca essencialmente as suas principais características, potencialidades e problemas.

Figura 1
Exemplo de Área Edificada Compacta



Tabela 2

Estatísticas por sub-classe de AE

Classe	Subclasse	Total Classe (km2)	Total Subclasse (km2)	Percentagem da área na região (%)
AE	AEC	857,65	69,44	0,79%
	AEF		90,71	1,03%
	AEL1		67,15	0,76%
	AEL2		161,40	1,83%
	AEL		228,55	2,60%
	AED1		115,41	1,31%
	AED2		147,13	1,67%
	AED3		110,82	1,26%
	AED		373,36	4,24%
	AER1		5,95	0,07%
	AER2		20,04	0,23%
	AER3		42,46	0,48%
	AER		68,44	0,78%
	EVC		11,21	0,13%
	AEU		6,37	0,07%
AEG	9,58	0,11%		
				9,74%

3.1.1 ÁREAS EDIFICADAS COMPACTAS (AEC)

As áreas edificadas compactas correspondem aos territórios que possuem uma estrutura urbana consolidada onde o edificado tem diferentes usos e funções, é contínuo e organizado, e possui uma rede viária hierarquizada. Este padrão ocupa cerca de 6945 hectares correspondentes a 0,79% da região e corresponde às áreas urbanas constituintes da cidade ou da vila, normalmente associadas às sedes de municípios ou freguesias, englobando também os núcleos urbanos tradicionais e históricos. A expressão regional deste padrão é a apresentada no cartograma 1.

Figura 2
Exemplo de Áreas Edificadas Compactas



3.1.2 ÁREAS EDIFICADAS FRAGMENTADAS (AEF)

As áreas edificadas fragmentadas ocupam cerca de 9000 hectares, correspondentes a 1,03% da região. Estas áreas estão associadas aos fenómenos de expansão recente do edificado estando por isso localizadas, geralmente, na proximidade e na contiguidade das áreas edificadas compactas. São territórios não planeados onde o crescimento urbano é espontâneo e descontrolado, decorrente da justaposição no espaço, e no tempo, de operações de loteamento ou de licenciamento à parcela. O desenho urbano é por isso inexistente, assim como uma rede viária estruturada e hierarquizada. As infra-estruturas são incompletas e coexistem diferentes usos e funções urbanas onde a desordem urbanística é evidente.

A expressão regional deste padrão é a apresentada no cartograma 1, onde se pode verificar que a dimensão do fragmentado se sobrepõe à do edificado

compacto a que está associado. No entanto, no território da OVT, as áreas edificadas fragmentadas surgem também como um fenómeno isolado em vários concelhos, assumindo particular dimensão nos concelhos de Ourém, Alcobaça e Salvaterra de Magos.

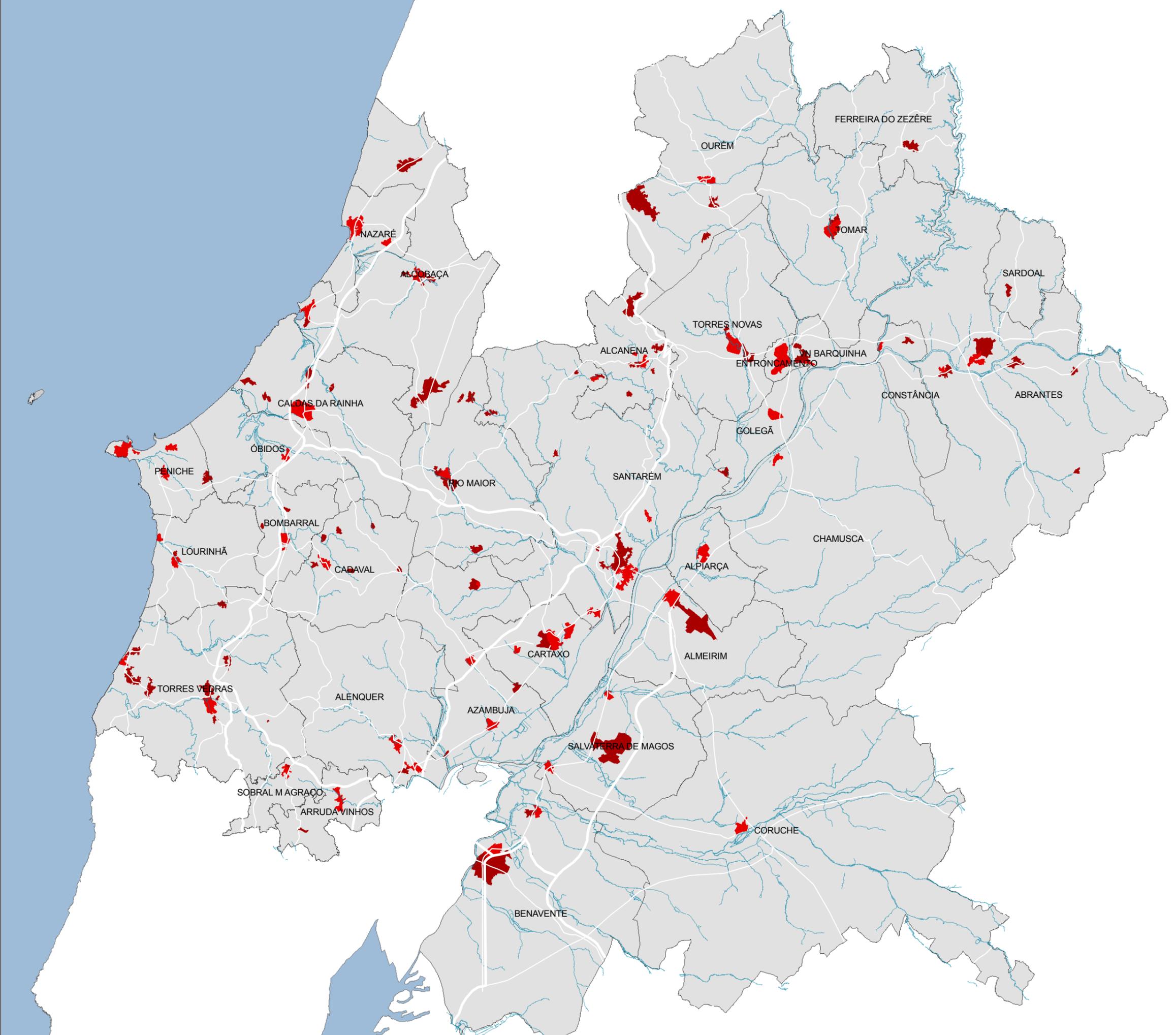
Estas áreas são territórios com grande dinâmica urbanística ao nível da alteração do solo e da localização de actividades com diferentes usos urbanos e existência de espaços vazios. As AEF são áreas onde é fundamental promover a compactação e preenchimento de vazios dando-lhes estrutura, organização e coerência para que possam no futuro constituir áreas qualificadas complementares à cidade tradicional.

Apesar de apresentar diversos problemas - como falta de identidade, infra-estruturas insuficientes, de uma rede de acessibilidade incompleta e um espaço público ausente - as AEF podem vir constituir espaços de reforço da estrutura urbana através de acções de intervenção programada e planeada.

Figura 3

Exemplo de Áreas Edificadas Fragmentadas





LEGENDA

- Limite de Concelho
- Linha Água
- Rede Viária

Áreas Edificadas Compactas e Fragmentadas_AEF

- AEC-Áreas Edificadas Compactas
- AEF-Áreas Edificadas Fragmentadas

PROT OVT . Padrões de Ocupação do Solo

Áreas Edificadas Compactas e Fragmentadas
 Diagnóstico Estratégico_Visão. Fevereiro 2008

3.1.3 ÁREAS EDIFICADAS DISPERSAS (AED)

As áreas edificadas dispersas constituem a classe mais representativa do edificado da OVT, ocupando uma área de 37.400 hectares correspondentes a cerca de 4,3% da região. É um fenómeno que atravessa a região - tal como se pode verificar no cartograma 2 - assumindo lógicas de localização, dimensões e densidades distintas embora esteja sempre localizado em territórios de estrutura de base agrícola.

De modo a identificar e avaliar mais detalhadamente o fenómeno da edificação dispersa foram adoptadas três densidades médias, correspondentes a três sub-classes de ocupação do solo. Estas sub-classes foram definidas em função do número médio de edifícios que ocorrem numa unidade mínima de 25 hectares.

De acordo com a amostragem da realidade territorial efectuada para aferir a legenda deste estudo, foram definidas as seguintes sub-classes:

- Áreas edificadas dispersas, Tipo 1 (AED1), com mais de 3 e menos de 10 edifícios em unidades 25 hectares, correspondente a densidades muito baixas;
- Áreas edificadas dispersas, Tipo 2 (AED2), com ocorrência de 10 a 25 edifícios em unidades 25 hectares, correspondente a densidades médias-baixas;
- Áreas edificadas dispersas, Tipo 3 (AED3), com mais de 25 e menos de 50 edifícios em unidades de 25 hectares, correspondente a densidades médias-altas.

Embora a delimitação destas três sub-classe não seja sempre uma tarefa fácil e claramente rigorosa, é possível verificar que a paisagem afecta a cada uma delas é bastante distinta. Enquanto nas AED1 a estrutura agrícola é evidente nas AED3, o mosaico agrícola é apenas residual e os edifícios tendem a organizar-se de uma forma mais densa, ainda que não tenham arruamentos consistentes e uma estrutura definida.

A área ocupada por cada uma três sub-classes é mais ou menos equivalente, sendo no entanto a mais expressiva a AED2 (ver tabela 2 e cartograma 2).

Tabela 3
Estatísticas por tipologias de AED

Sub-classe		Área (ha)	% OVT
AED1	Áreas Edificadas Dispersas tipo 1	11540,	1,3
AED2	Áreas Edificadas Dispersas tipo 2	14713	1,7
AED3	Áreas Edificadas Dispersas tipo 3	11082	1,3

A expressão regional deste padrão é muito diversa tanto em termos localização com em termos de área contínua ou densidade. Verifica-se que os concelhos que apresentam maior área de edificação dispersa na região são Coruche, Benavente, Ourém, Salvaterra de Magos e Cartaxo. Em termos concelhios, Coruche é o concelho que apresentam um maior percentagem de AED face à área do seu território (18%), seguido da Arruda dos Vinhos (16%) e de Salvaterra de Magos (12%).

Em termos de área contínua são os concelhos da Lezíria aqueles que apresentam maior área a qual coincide muitas vezes com as áreas de foros. No concelho de Ourém apesar das manchas serem mais pequenas têm maior densidade e distribuem-se por todo o território concelhio.

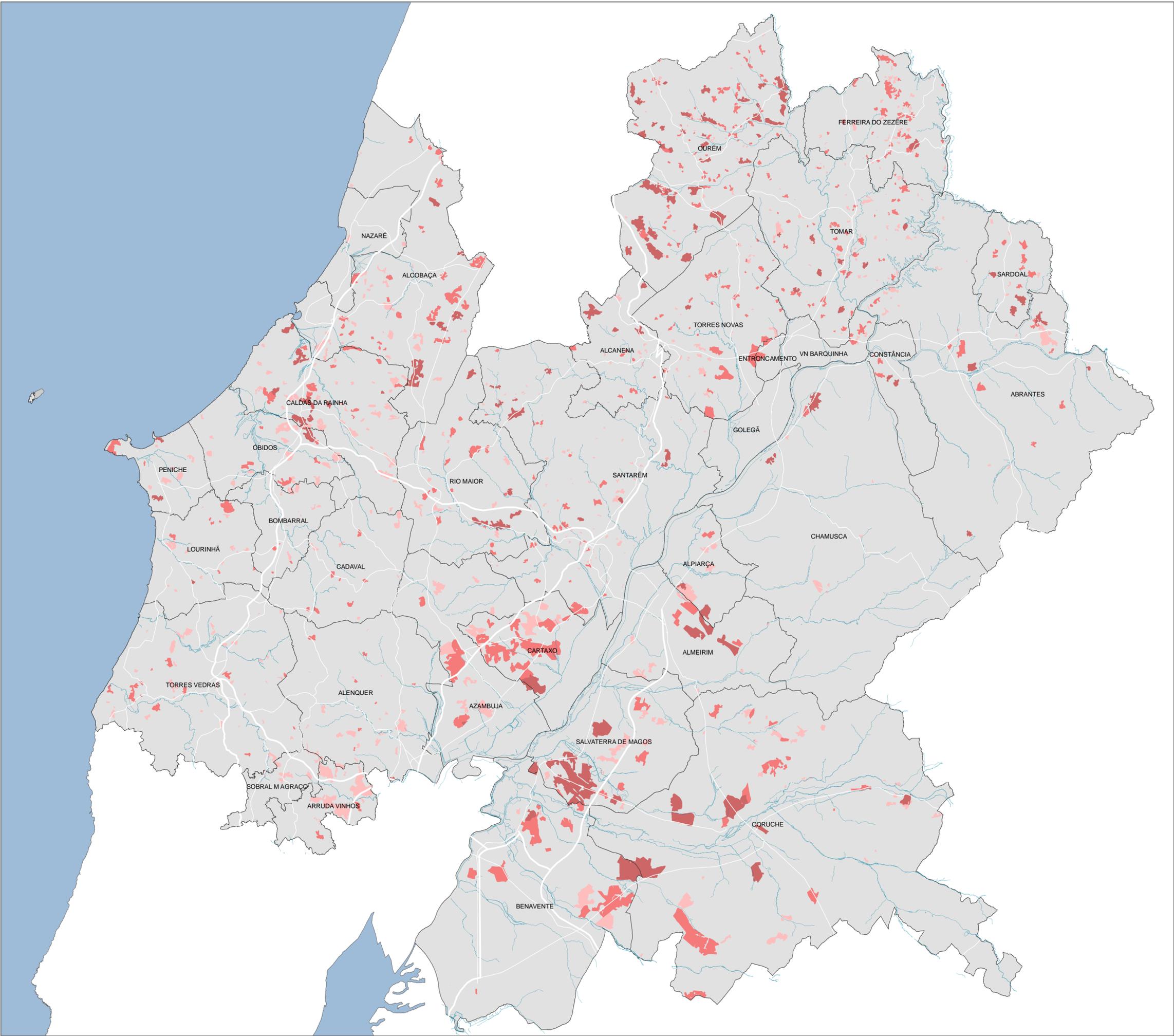
A extensão deste fenómeno ao nível regional e concelhio, demonstra a importância que a edificação dispersa tem tido como processo de crescimento urbano. A ocorrência de edificações com diferentes arquitectura e volumetrias numa paisagem com qualidade paisagística como a OVT tende a ser um factor que desvaloriza o território, sendo fundamental encontrar mecanismos e instrumentos para conter este fenómeno.

Figura 4
Exemplo de Áreas Edificadas Dispersas tipo 2



Figura 5
Exemplo de Áreas Edificadas Dispersas tipo 1





LEGENDA

- Limite de Concelho
- Linha Água
- Rede Viária

Áreas Edificadas Dispersas

- AED1-Áreas Edificadas Dispersas1
- AED2-Áreas Edificadas Dispersas2
- AED3-Áreas Edificadas Dispersas3

PROT OVT . Padrões de Ocupação do Solo

Áreas Edificadas Dispersas
 Diagnóstico Estratégico_Visão. Fevereiro 2008

Esc. 1:310.000



Tabela 4
Estatísticas regionais e concelhias de AED

Concelho	%AED no concelho	% AED na OVT
Abrantes	1,23%	0,10%
Alcanena	3,55%	0,05%
Alcobaça	5,42%	0,25%
Alenquer	1,67%	0,06%
Almeirim	5,04%	0,13%
Alpiarça	6,70%	0,07%
Arruda	15,79%	0,14%
Azambuja	6,23%	0,19%
Benavente	6,15%	0,36%
Bomabarral	1,51%	0,02%
Caldas da Rainha	7,30%	0,21%
Cadaval	1,53%	0,03%
Cartaxo	18,46%	0,33%
Chamusca	0,55%	0,05%
Constância	1,61%	0,01%
Coruche	4,26%	0,54%
Entroncamento	9,67%	0,02%
F. Zezere	4,73%	0,10%
Golegã	0,00%	0,00%
Lourinhã	2,61%	0,04%
Nazaré	0,56%	0,01%
Óbidos	6,72%	0,11%
Ourém	7,56%	0,36%
Peniche	4,88%	0,04%
Rio Maior	3,71%	0,11%
Salvaterra de Magos	12,08%	0,33%
Santarém	2,07%	0,13%
Sardoal	4,76%	0,05%
Sobral	3,86%	0,02%
Torres Novas	4,40%	0,13%
Torres Vedras	2,05%	0,09%
Tomar	3,22%	0,13%
Vila Nova da Barquinha	2,62%	0,01%

3.1.4 ÁREAS EDIFICADAS LINEARES (AEL)

As áreas edificadas lineares são a segunda tipologia de edificado mais representativa da OVT ocupando uma área de 22.855 hectares correspondentes (2,60% da região) e uma extensão linear de aproximadamente 2000 km. Este fenómeno consiste na edificação ao longo da rede viária principal constituindo uma forma de expansão de núcleos edificados em espaço rústico.

Este tipo de edificação ocorre ao longo das vias de comunicação de duas formas:

- Numa estrutura linear contínua (AEL1), onde as edificações se organizam ao longo das vias de comunicação de forma contínua e onde pode existir a absorção de um ou mais núcleos em espaço rústico;
- Numa estrutura linear descontínua (AEL2), onde o conjunto das edificações surge de um ou ambos os lados das vias com uma ocorrência de médios os grandes vazios entre os espaços vazios

Ambas as tipologias podem dar origem a estruturas em rede mais ou menos densas que se estendem por grandes áreas do território e constituem uma das principais formas de edificação em especial na sub-região do Oeste e Médio Tejo (cartograma 3). São as AEL2 as que têm maior expressão no território OVT ocupando uma área de 16.100 hectares (1,6% do território) enquanto as AEL1 apenas ocupam 67.150 hectares. No entanto, estas áreas tendem a aumentar através da ocupação dos vazios e coalescência de áreas edificadas.

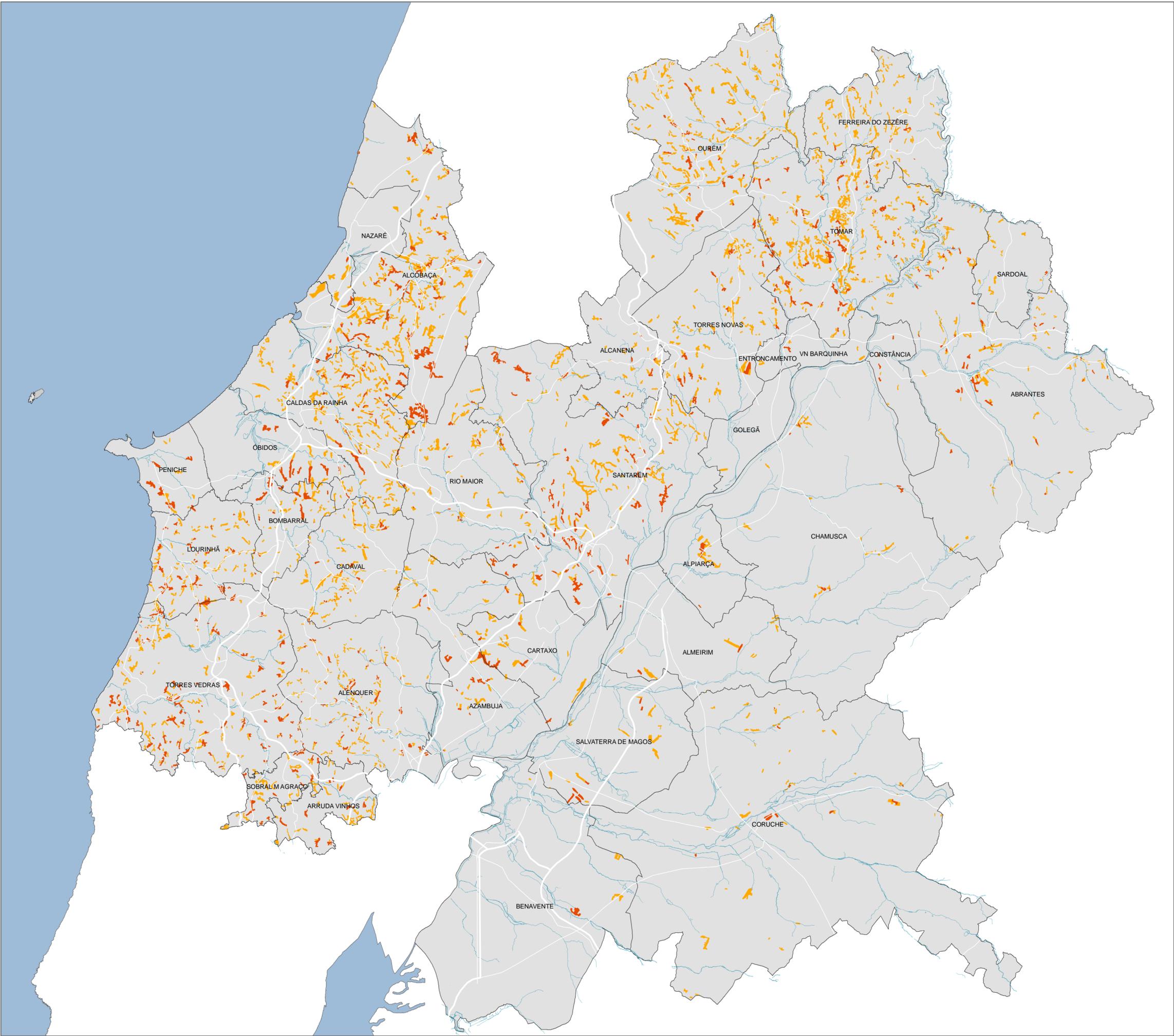
A edificação linear vai assim aumentando constituindo uma rede cada vez mais contínua e densa entre si, o que trona fundamental a aplicação de regras e normas de estruturação urbanística dos AER, através da promoção do seu crescimento em núcleo. Nalgumas áreas o planeamento e desenho urbano pode ser fundamental no sentido de obter uma estruturação destas elementos lineares em espaços urbanos qualificados com uma rede viária hierarquizada.

Figura 6a
Exemplo de Áreas Edificadas Lineares Contínuas



Figura 6b
Exemplo de Áreas Edificadas Lineares Descontínuas





LEGENDA

- Limite de Concelho
- Linha Água
- Rede Viária

Áreas Edificadas Lineares

- AEL1-Áreas Edificadas Lineares Contínuas
- AEL2-Áreas Edificadas Lineares Descontínuas

PROTOVT . Padrões de Ocupação do Solo

Áreas Edificadas Lineares
 Diagnóstico Estratégico_Visão. Fevereiro 2008

Esc. 1:310.000
 0 5 10 Km



3.1.5 ÁREAS EDIFICADAS EM ESPAÇO RÚSTICO (AER)

As áreas edificadas em espaço rústico compreendem os núcleos edificados de carácter compacto e contínuo inseridos na paisagem agro-florestal. As AER referem-se fundamentalmente às aldeias e aos lugares com características predominantemente rurais e quase sempre dependentes de actividades ligadas á exploração do sector agrícola e florestal.

Esta sub-classe apenas ocupa 0,8% do território regional e distribui-se de forma heterogénea pela região apresentando uma maior incidência de ocorrência no Oeste e Médio Tejo. As AER incluem núcleos de dimensão muito distinta (cartograma 4), facto que pode implicar estratégias de desenvolvimento distintas. Deste modo tornou-se fundamental a sua divisão em 3 tipologias:

- Áreas edificadas em espaço rústico, Tipo 1 (AER1), que inclui núcleos com \leq a 10 edifícios em 25 hectares;
- Áreas edificadas em espaço rústico, Tipo 2 (AER2), núcleos com 10 a 50 edifícios em 25 hectares;
- Áreas edificadas em espaço rústico, Tipo 3 (AER3), núcleos com \geq 50 edifícios em 25 hectares.

Figura 5

Exemplo de Áreas Edificadas em Espaço Rústico tipo 3





LEGENDA

- Limite de Concelho
- Linha Água
- Rede Viária

Áreas Edificadas em Espaço Rústico

- AER1-Áreas Edificadas em Espaço Rustico (Nucleos)1
- AER2-Áreas Edificadas em Espaço Rustico (Nucleos)2
- AER3-Áreas Edificadas em Espaço Rustico (Nucleos)3

A distinção nestas três sub-classes de densidade permite separar os núcleos de dimensões muito reduzidas, correspondente a lugares ou aglomerados, daqueles que face à sua dimensão e tendência de expansão podem integrar solo urbano em sede de revisão de PDM. Para todos os ERA é fundamental adoptar e implementar medidas que preservem a sua identidade, principalmente daqueles que se localizam nas imediações dos grandes centros urbanos, no litoral ou ao longo de estradas principais. Estes últimos tendem a ser “absorvidos” pelos padrões envolventes ou a coalescer entre si e dar origem ao fenómeno da edificação linear.

Figura 6

Exemplo de Áreas Edificadas em Espaço Rústico tipo 2



3.1.6 Espaços Vazios em Construção (EVC)

Os espaços vazios em construção decorrem do conceito de “não uso” do território no momento da análise ou do carácter expectante de uma alteração de uso iminente decorrente de obras de urbanização ou construção. Estas áreas ocupam apenas 0,13% do território mas são fundamentais para a identificação de uma forma imediata das tendências e dinâmicas instaladas.

A identificação destas áreas foi efectuada para a data da fotografia aérea que constituiu a base deste estudo podendo não reflectir, deste modo, todas as acções de urbanização que se iniciaram durante a elaboração do PROT. Nesta análise apenas foram identificadas as parcelas do território que apresentavam movimento de terras, trabalhos preparatórios e espaços em construção. Uma análise completa das tendências e dinâmicas do edificado teria de passar pelo conhecimento dos licenciamentos efectuados.

Esta sub-classe surge um pouco por toda a OVT mas os concelhos com maior número de operações em curso são os de Torres Vedras, Alenquer e Lourinhã (cartograma 5). O concelho que apresenta uma maior área em transformação é Óbidos enquanto nos restantes concelhos os EVC ocupam uma área mais pequena. O Entrocamento é o concelho que face à sua área apresenta maior extensão de EVC.

Figura 7

Exemplo de Espaços vazios em Construção



3.1.7 ÁREAS EDIFICADAS UNIFAMILIARES (AEU)

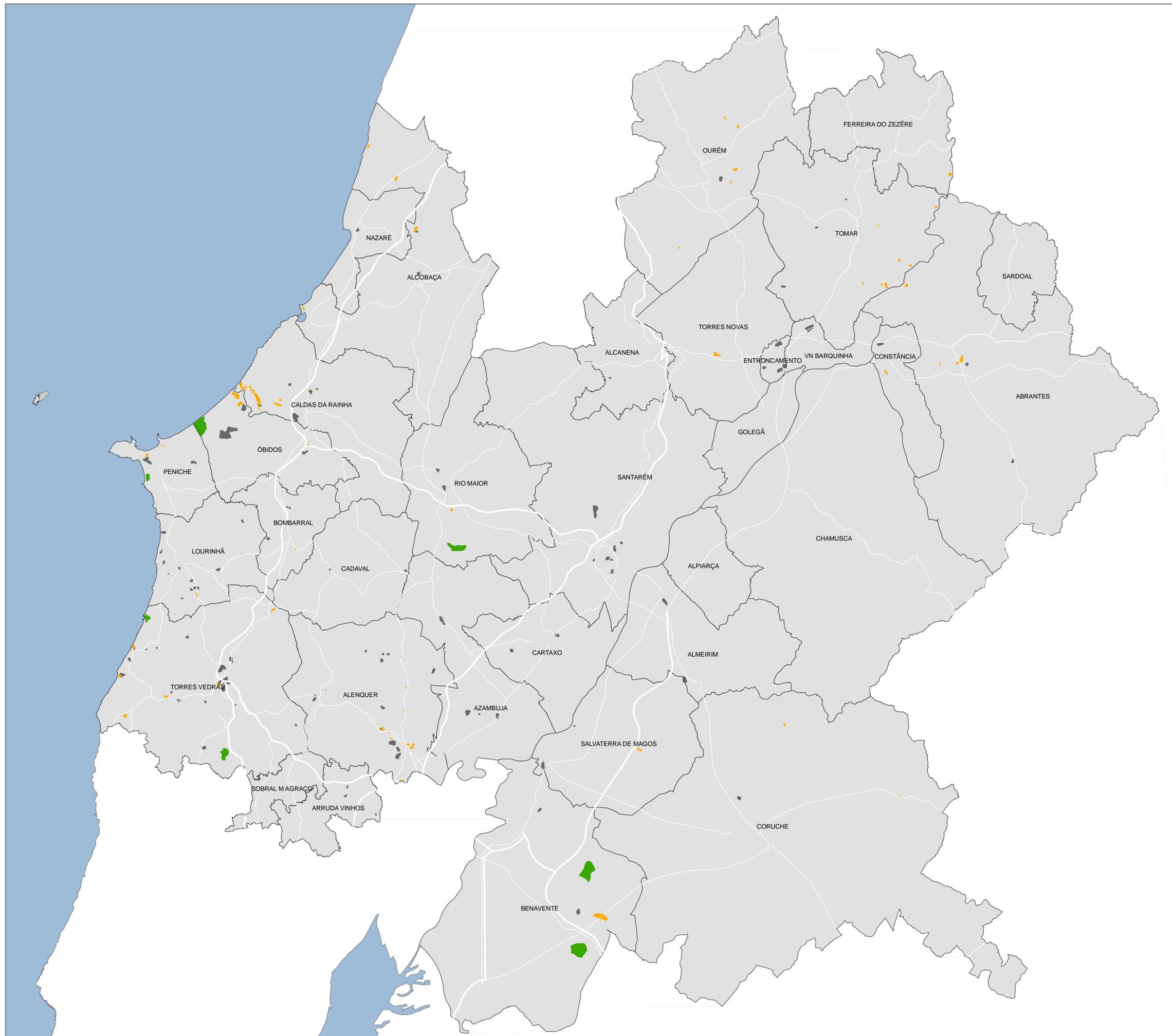
As áreas edificadas unifamiliares compreendem áreas de edifícios organizadas de forma contínua e homogénea, constituindo na maioria acções planeadas em conjunto podendo integrar, também, edifícios multifamiliares isolados ou em banda. Este padrão de ocupação do solo apresenta, muitas vezes uma estrutura muito próxima das formas de edificação turística, as quais são de identificação muito difícil num estudo deste tipo face à determinação do tipo de usos associado ao edificado.

Ocupam uma área muito diminuta do território da OVT, apenas 0,07% do território correspondentes a 637 hectares e têm um padrão de distribuição aleatório embora as maiores extensões nos concelhos junto ao litoral e na zona de influência da albufeira de Castelo de Bode (cartograma 5).

3.1.8 ÁREAS EDIFICADAS COM GOLFE ASSOCIADO (AEG)

As áreas edificadas com golfe associado compreendem parcelas do território onde o espaço afecto ao campo de golfe é dominante, ainda que, ocorram no seu interior áreas de edifícios unifamiliares, multifamiliares hotéis e todas as infra-estruturas que lhes estão associadas. São espaços com funções turísticas evidentes que decorrem sempre de operações conjuntas e com dimensão estruturante no território onde se inserem. Ocupam uma área de 958 hectares, 0,11% do território, e localizam-se nos concelhos de Óbidos, Torres Vedras, Rio Maior e Benavente (cartograma 5).

Apesar da exigência deste tipo de equipamentos em termos do recurso água, estes territórios podem constituir, desde que bem planeados, padrões de elevada qualidade paisagística economicamente rentáveis. No entanto, tendem a constituir “ilhas” no meio do território advindo daí todos os problemas decorrentes deste facto.



LEGENDA

- Limite de Concelho
- Linha Água
- Rede Viária

Áreas Edificadas Unifamiliares e Áreas Edificadas com Golfe

- AEG-Áreas Edificadas com Golfe Associado
- AEU-Áreas Edificadas Unifamiliares
- Espaços vazios em Construção

PROTOVT . Padrões de Ocupação do Solo

Áreas Edificadas com Golfe Associado, Áreas Edificadas Unifamiliares e Espaços Vazios em Construção
 Diagnóstico Estratégico_Visão. Fevereiro 2008

5

Esc. 1:310.004



Figura 8

Exemplo de Áreas Edificadas com Golfe Associado



3.2 INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS (IF)

As infra-estruturas e equipamentos identificados neste estudo apenas se referem a “objectos” com importância e dimensão regional distribuídos em sub-classes que constituem bases para o desenvolvimento do modelo territorial ao nível do sector da economia e turismo. No seu total, as IF identificadas ocupam apenas 0,17% do território da OVT dividida em quatro sub-classes (cartograma 6):

- **Parques de campismo (EQP)**, os quais constituem instalações de apoio à actividade turística e compreendem todas as estruturas destinadas à prática do campismo. Com excepção do concelho de Alpiarça, todos os parques de campismo identificados se localizam no litoral.
- **Instalações aeroportuárias (IFA)**, as quais incluem aeroportos e aeródromos de dimensão regional, os quais localizam-se nos concelhos de Ourém, Vila Nova da Barquinha, Constância, Benavente, Alenquer e Torres Vedras.

- **Parques eólicos (IFE)**, os quais incluem as áreas destinadas à produção de energia eólica incluindo conjuntos de aerogeradores e infra-estruturas associadas.
- **Portos e Marinas (IFP)**, os quais incluem as superfícies de água e infra-estruturas de apoio à actividade náutica e portuária, tendo apenas sido identificados em Sines e na Nazaré.

3.3 INDÚSTRIA EXTRACTIVA (IEX)

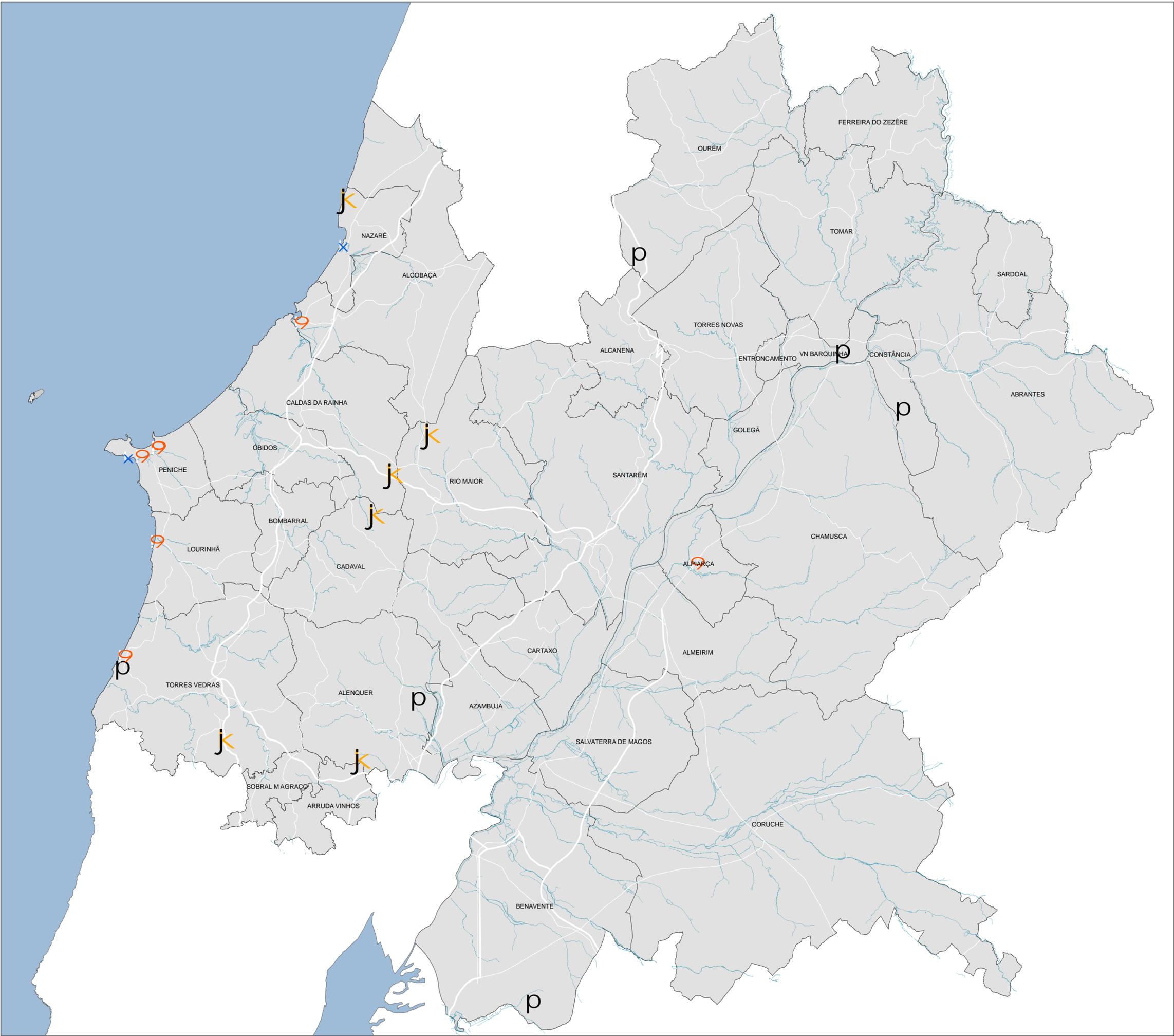
Nesta sub-classe foram identificadas as áreas afectas à exploração de inertes de maior dimensão na região, incluindo todas as infra-estruturas associadas a esta actividade. As IEX ocupam cerca de 3.353 hectares correspondentes a 0,4% do território, disseminadas um pouco por toda a OVT (cartograma 7).

As unidades de maiores dimensões e com um impacte paisagístico mais elevado ocorrem na zona do maciço calcário, localizando-se grande parte dentro da área do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros.

Face à importância a importância deste recurso para a economia local e regional e ao potencial de expansão desta actividade face aos recursos disponíveis, devem ser tomadas medidas no sentido de promover acções de recuperação e integração paisagísticas das unidades instaladas, e a instalar, de acordo com a legislação em vigor. Devem igualmente ser equacionados plano de recuperação e integração paisagística das unidades já exploradas e que não abrangidas pela legislação em vigor constituem “feridas” na paisagem da OVT.

3.4 INDÚSTRIA, ARMAZENAGEM, COMÉRCIO E LOGÍSTICA (IND)

As áreas incluídas nesta sub-classe ocupam 0,7% do território da OVT, correspondentes a 6.422 hectares distribuídos por toda a região em unidades de diferentes áreas. As IND abrangem um vasto conjunto de áreas destinadas à indústria, comércio, logística e armazenagem como sejam, unidades fabris, zonas comerciais e de *retail*, armazéns e áreas afectas a logísticas.



LEGENDA

- Limite de Concelho
- Linha Água
- Rede Viária

Infra-estruturas e Equipamentos

- x IFP - Portos e Marinas
- p IFA - Instalações Aeroportuárias e Militares
- 9 EQP - Parques de Campismo
- jk IFE - Parques Eólicos

PROTOVT . Padrões de Ocupação do Solo

Infra-estruturas e Equipamentos
 Diagnóstico Estratégico_Visão. Fevereiro 2008

Esc. 1:310.000
 0 5 10 Km



Os concelhos que apresentam as maiores unidades afectas a esta sub-classe são o Cartaxo e a Azambuja, enquanto Torres Vedras é o concelho que apresenta uma maior área total afectada a esta sub-classe mas dividida em pequenas unidades (cartograma 7).

Figura 9

Exemplo de indústria e armazenagem



3.5 ÁREAS FLORESTAIS (AF)

As áreas florestais são o padrão de ocupação do solo mais representativo na região OVT ocupando 39.571 hectares, correspondentes a 45% do território. As áreas florestais identificadas neste estudo correspondem a territórios onde a ocupação dominante é florestal divididas em três sub-classe de ocupação apresentadas no cartograma 8 e descritas nos pontos seguintes.

As AF não diferenciam a estrutura e as espécies dominantes por se considerar uma análise cujo detalhe da informação excede o âmbito do PROT. As disposições dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal serão integradas em fase posterior deste PROT.

Tabela 5

Estatísticas por sub-classe de AF

AF	AFO	3.985,71	2.531,69	28,76%	45,29%
	AFM		1.375,48	15,63%	
	AFA		78,54	0,89%	

3.5.1 POVOAMENTOS FLORESTAIS (AFO)

As áreas de povoamentos florestais correspondem a padrões de ocupação do solo onde a paisagem florestal é dominante e são constituídas por um conjunto de árvores homogéneas sem que distinga a espécies, estrutura ou composição. Ocupam 29% do território OVT, cerca de 253169 hectares, distribuídos pelas três sub-regiões e com maior continuidade no nordeste do Médio Tejo e zonas serranas da Lezíria.

Figura 10

Exemplo de povoamentos florestais



3.5.2 POVOAMENTOS DE SOBREIRO OU AZINHEIRAS (AFM)

Os povoamentos florestais de sobreiro e azinheira incluem as áreas onde se verifica um predomínio de sobreiros e/ou azinheiras, associados ou não entre si e com outras espécies de árvores. Este padrão ocupa cerca de 16% do território OVT correspondentes a 135.748 hectares distribuídos, essencialmente, pelos concelhos a sul do rio Tejo em especial em Benavente, Coruche, Abrantes e Chamusca. Foram também identificadas algumas manchas de pequena dimensão e fragmentadas no território nos concelhos de Alenquer, Azambuja, Santarém e Cartaxo.

Figura 11

Exemplo de povoamentos de sobreiro



3.5.3 ÁREAS AGRO-FLORESTAIS (AFA)

As áreas agro-florestais compreendem os territórios onde a ocupação florestal e agrícola coexistem sem um claro predomínio de qualquer um dos padrões. Este padrão ocupa apenas 0,9% do território da OVT e as áreas com maior incidência ocorrem nos concelhos de Santarém, Rio Maior, norte da Azambuja e Caldas da Rainha, estando na maioria das vezes associados a parcelas de pequena dimensão.

3.6 ÁREAS AGRÍCOLAS (AA)

As áreas agrícolas são o segundo padrão de ocupação do solo com maior expressão no território regional ocupando 316.650 hectares, correspondentes a cerca de 36% da OVT (cartograma 9). A agricultura e as actividades e infra-estruturas que lhe estão associadas representam um recurso de elevada importância para a economia regional e nacional visto a OVT incluir um conjunto de áreas agrícolas de características únicas no país, tal como a Lezíria do Tejo.

Apesar da agricultura no OVT apresentar uma multiplicidade de sistemas culturais que se traduzem em paisagens agrícolas variadas, neste estudo, e de acordo com os objectivos e escala do PROT, apenas foram identificados os principais usos dominantes. Após a amostragem dos padrões de ocupação do solo efectuada na primeira fase deste estudo foram seleccionadas as sub-classes apresentadas na tabela 6 e cartograma 9, de acordo com a sua importância relativa para objectivos de ordenamento do território. Estas sub-classes expressam não só a morfologia do terreno, o seu parcelamento, as culturas e as práticas que lhes estão associadas.

Tabela 6
Estatísticas por sub-classe de AA

AA	AAG	3.166,50	304,86	3,46%	35,98%
	AAE		30,38	0,35%	
	AAV		921,64	10,47%	
	AAP		934,12	10,61%	
	AAA		975,49	11,08%	

3.6.1 ÁREAS AGRÍCOLAS (AAG)

A sub-classe designada de áreas agrícolas são territórios onde predomina o uso agrícola associado a grandes extensões de culturas arvenses de sequeiro e onde praticamente não existem árvores. As AAG ocupam cerca de 3% do território regional ocorrendo especialmente nos concelhos de Santarém e Alenquer. As restantes áreas afectas a este uso distribuem-se de modo fragmentado por outros concelhos do Médio Tejo e Lezíria.

3.6.2 ÁREAS AGRÍCOLAS COM ESTUFAS (AAE)

As áreas agrícolas com estufas abrangem parcelas do território onde as estufas ocorrem no mosaico agrícola de uma forma contínua e com uma expressão dominante na paisagem. Ocupam apenas 0,35% do território e ocorrem de modo concentrado na faixa litoral em especial no concelho de Torres Vedras.

Figura 12

Exemplo de áreas agrícolas



Figura 13

Exemplo de áreas agrícolas com estufas



3.6.3 POMARES, VINHAS, OLIVEIRAS E HORTO-FRUTÍCOLAS (AAV)

As AAV são territórios com parcelas de pequenas e médias dimensões ocupados com culturas de pomares, vinhas, oliveiras e hortofrutícolas exploradas na maior parte das vezes segundo práticas agrícolas intensivas. Este padrão de ocupação do solo ocupa uma áreas 92164 hectares, correspondentes a 10% do território regional ocorrendo na sua maioria na margem norte do Tejo.

Figura 13

Exemplos de áreas de pomares, vinhas, oliveiras e horto-frutícolas





3.6.4 ÁREAS AGRÍCOLAS DE POLICULTURA (AAP)

As áreas agrícolas de policultura correspondem a territórios cuja ocupação do solo está associada a olival, vinha, culturas arvenses de sequeiro geralmente associada formas de exploração do solo tradicionais. A policultura ocupa 93.412 hectares, correspondentes a aproximadamente 10% da região e cuja distribuição espacial se localiza essencialmente na margem norte do Tejo. É na faixa litoral que surgem as áreas com maior continuidade, estando no restante território intercaladas com outros usos agrícolas.

Face à reduzida dimensão da propriedade agrícola onde se pratica a policultura e por vezes à sua localização geográfica, as AAP podem constituir territórios procurados para outras funções, designadamente edificação dispersa ou isolada. Estas áreas constituem também territórios com uma paisagem tradicional com grande qualidade cénica, e por vezes ecológica, que constitui um elemento fundamental para a identidade regional. Torna-se assim, fundamental apoiar este tipo de exploração agrícola sobretudo nas zonas com maiores níveis de produtividade ou cuja estrutura constitua uma paisagem única na OVT.

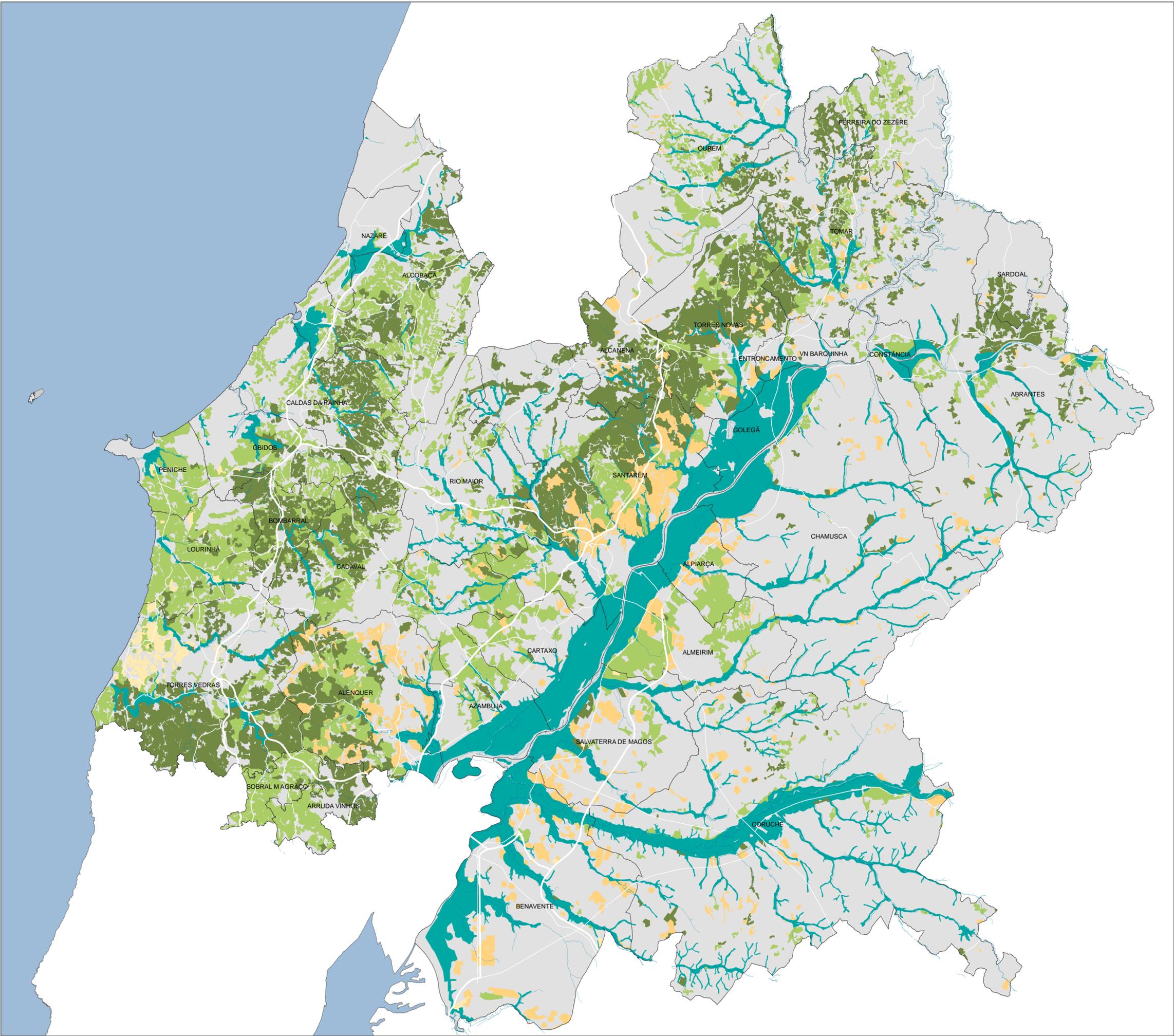
Figura 14
Exemplos de áreas de policultura



3.6.5 ÁREAS AGRÍCOLAS EM BAIXA ALUVIONAR (AAA)

As baixas aluvionares ocupam uma área de 974.549 hectares, cerca de 11% do território da OVT e correspondem às áreas com solos de elevada produtividade agrícola os quais correspondem, normalmente, às áreas alagáveis dos rios e ribeiras. As AAA são extremamente importantes do ponto de vista agrícola incluindo duas das melhores áreas agrícolas de regadio do país, a lezíria do Tejo e o vale do Sorraia.

As AAA constituem também uma importante protecção no regime de cheias e no regime torrencial das ribeiras e linhas de água da região. São áreas com uma influência decisiva no regime hídrico da região e, simultaneamente, áreas com elevado valor ecológico, que não devem ser ocupadas e utilizadas com outros fins para além da sua exploração agrícola.



LEGENDA

- Limite de Concelho
- Linha Água
- Rede Viária

Áreas Agrícolas

- AAA-Áreas de Baixas Aluvionares
- AAE-Áreas Agrícolas com Estufas
- AAG-Áreas Agrícolas
- AAP-Áreas Agrícolas de Policultura
- AAV-Áreas de Pomar, Vinhas, Horto-frutícolas, Olival

PROTOVT . Padrões de Ocupação do Solo

Áreas Agrícolas
Diagnóstico Estratégico_Visão. Fevereiro 2008

Esc. 1:310.000



Figura 14
Exemplos de áreas agrícolas em baixa aluvionar



3.7 ÁREAS SILVESTRES (AS)

As áreas silvestres incluem um conjunto de áreas que incluem áreas de diferentes naturezas como matos, dunas, afloramentos rochosos, praias e áreas húmidas. No seu conjunto correspondem a cerca 6,5% do território da OVT e têm uma distribuição espacial localizada essencialmente na margem norte do Tejo, tal como se pode observar no cartograma 10.

Figura 15
Exemplo de áreas silvestres



Tabela 7

Estatísticas por sub-classe de AS

AS	ASM	572,01	291,36	3,31%	6,50%
	ASA		254,37	2,89%	
	AHS/AHA		12,99	0,15%	
	PRP		5,36	0,06%	
	DNS		7,92	0,09%	

3.7.1 MATOS (ASM)

As áreas de matos correspondem apenas a 3% do território regional divididas em pequenas parcelas fragmentadas por todo o território. No entanto, as ASM representam áreas do território com elevado valor para a conservação da natureza onde dominam os revestimentos herbáceo-arbustivos os quais evidenciam as formas naturais do relevo e fenómenos geomorfológicos notáveis.

Abrangem também pequenos maciços arbóreos e de arbustivos de maiores dimensões localizados ao longo das encostas das linhas de drenagem natural que constituem resquícios da flora que em tempos cobriu todo o território, como os carvalhais. Devem ser, por isso, áreas que devem ser preservadas e

salvaguardadas de alterações de uso que possam eliminar estes maciços de vegetação.

Figura 16
Exemplo de áreas de matos



3.7.1 MATOSCOM AFLORAMENTOS ROCHOSOS (ASA)

Esta sub-classe integra as áreas de matos onde ocorrem muro de pedra arrumados à mão decorrentes da actividade tradicional de despedrega dos terrenos de uso agrícola e de pastoreio. Estão, também incluídas terrenos ocupados por vegetação rasteira e pedregosidade elevada.

As ASM ocupam 3% do território da OVT e localizam-se fundamentalmente nas zonas serranas, em áreas classificadas como a Serra de Aire e Candeeiros e a Serra de Montejunto. A individualização deste padrão justifica-se por este constituir um mosaico com uma expressão importante e constituir uma paisagem de valor patrimonial e paisagístico único.

Figura 17
Exemplo de áreas de matos com afloramentos rochosos

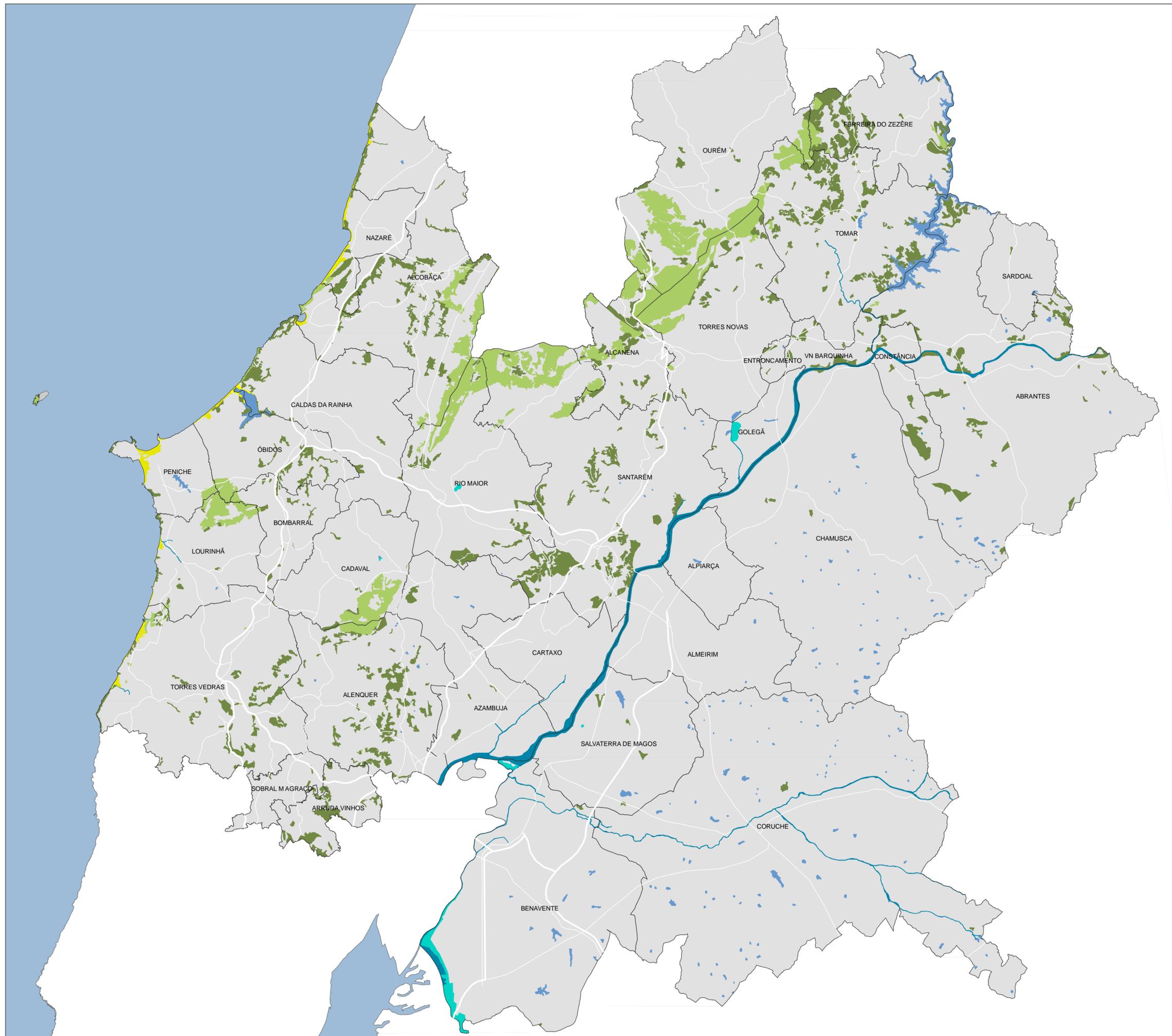


3.7.3 ÁREAS HÚMIDAS (AHS)

Apesar de terem uma expressão regional reduzida em termos qualitativos, as áreas húmidas são sistemas ecológicos de elevada importância ecológica. Contribuem de forma significativa para o equilíbrio ecológico da região e fazem parte de áreas classificadas do ponto de vista da conservação da natureza.

3.7.4 PRAIAS (PRP) E DUNAS (DNS)

As praias são um recurso único e limitado na região, representam apenas 0,06% do território. Correspondem a áreas de areias e cascalhos que devem ser preservadas de acções que destruam a sua integridade física e qualidade



LEGENDA

- Limite de Concelho
- Linha Água
- Rede Viária

Áreas Silvestres

- ASA-Matos com Afloramentos Rochosos
- ASM-Matos
- PRP-Praias
- DNS-Dunas
- AHS-Sapais e Zonas Intersticiais

Planos de Água

- AGA-Albufeiras e Lagoas
- AGR-Cursos de Água

PROTOVT . Padrões de Ocupação do Solo

Áreas Silvestres e Planos de Água
 Diagnóstico Estratégico_Visão. Fevereiro 2008

Esc. 1:310.000



paisagística. Constituindo um forte elemento de atracção turística, as praias devem ser áreas claramente bem equipadas e organizadas no sentido de garantir às populações condições de qualidade, segurança e conforto garantindo simultaneamente as suas características paisagísticas naturais.

As áreas de dunas são sistemas geomorfológicas altamente sensíveis localizados no litoral e com elevado interesse do ponto de vista da biodiversidade e conservação da natureza. Devem ser enquadradas por sistemas de protecção e usos consentâneos com a sua fragilidade e importância ecológica.

3.8 PLANOS DE ÁGUA (AG)

Nesta classe estão incluídas as ribeiras e principais cursos de água permanente, assim como as albufeiras e lagoas de maior dimensão e com importância local e regional. Os recursos hídricos superficiais identificados devem contribuir para a constituição da estrutura regional de protecção e valorização ambiental e ter uma expressão e regras de uso bem definidas nos planos de ordenamento e planeamento territorial.

Figura 18
Exemplo de praias



Figura 19
Exemplo de dunas



Figura 20
Exemplo de planos de aguas

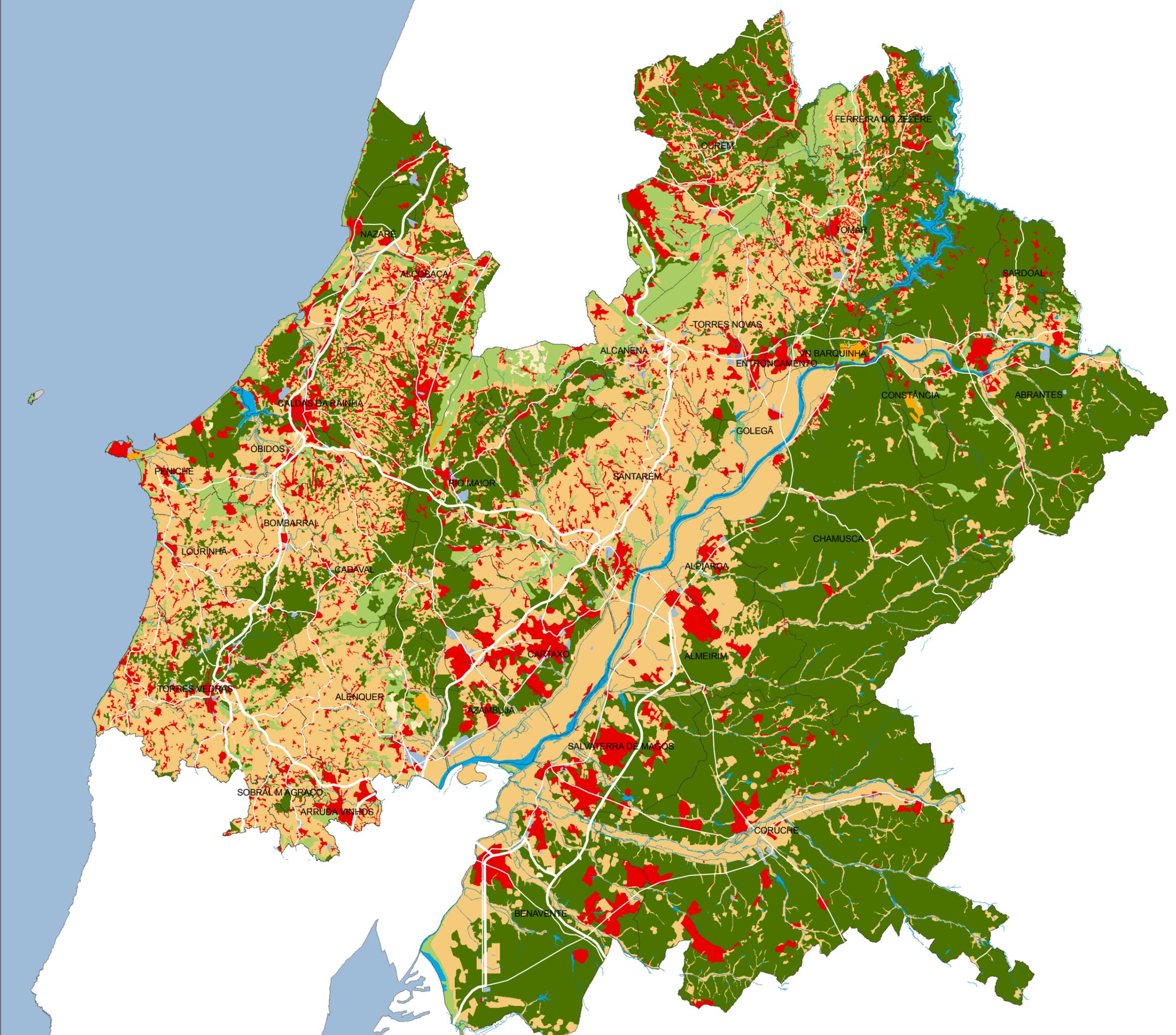




4. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

4.1 EXPRESSÃO REGIONAL DOS POS

No cartograma 11, apresenta-se a expressão regional dos padrões de ocupação do solo com a legenda das diferentes classes utilizadas e na tabela 8 as estatísticas correspondentes. São também apresentadas as estatísticas relativas às classes dos padrões de ocupação do solo por sub-região (tabelas 12 a 14).



LEGENDA

- Limite de Concelho
- Linha Água
- Rede Viária

- AE - Áreas Edificadas
- IF - Equipamentos e Infra-estruturas
- IE - Indústria Extractiva
- IN - Indústria, Armazenagem, Comércio e Logística
- AF - Áreas Florestais
- AA - Áreas Agrícolas
- AS - Áreas Silvestres
- AG - Planos de Água

PROTOVT . Padrões de Ocupação do Solo

Padrões de Ocupação do Solo OVT - Classes
 Diagnóstico Estratégico_Visão. Fevereiro 2008

Tabela 8
Estatísticas por Classes e Sub-classes para OVT

Classe	Subclasse	Total Classe (km2)	Total Subclasse (km2)	Porcentagem da área na região (%)	
AE	AEC	857,65	69,44	0,79%	9,74%
	AEF		90,71	1,03%	
	AEL1		67,15	0,76%	
	AEL2		161,40	1,83%	
	AEL		228,55	2,60%	
	AED1		115,41	1,31%	
	AED2		147,13	1,67%	
	AED3		110,82	1,26%	
	AED		373,36	4,24%	
	AER1		5,95	0,07%	
	AER2		20,04	0,23%	
	AER3		42,46	0,48%	
	AER		68,44	0,78%	
	EVC		11,21	0,13%	
	AEU		6,37	0,07%	
AEG	9,58	0,11%			
IF	EQP	15,28	0,61	0,01%	0,17%
	IFA		10,76	0,12%	
	IFE		2,52	0,03%	
	IFP		1,40	0,02%	
IE	IEX	33,52	33,52	0,38%	
IN	IND	64,22	64,22	0,73%	
AF	AFO	3.985,71	2.531,69	28,76%	45,29%
	AFM		1.375,48	15,63%	
	AFA		78,54	0,89%	
AA	AAG	3.166,50	304,86	3,46%	35,98%
	AAE		30,38	0,35%	
	AAV		921,64	10,47%	
	AAP		934,12	10,61%	
	AAA		975,49	11,08%	
AS	ASM	572,01	291,36	3,31%	6,50%
	ASA		254,37	2,89%	
	AHS/AHA		12,99	0,15%	
	PRP		5,36	0,06%	
	DNS		7,92	0,09%	
AG	AGR	106,42	63,24	0,72%	1,21%
	AGA		43,18	0,49%	

Tabela 9
Estatísticas por Classes e sub-classes na sub-região Médio Tejo

Classe	Subclasse	Total Classe (km ²)	Total Subclasse (km ²)	Percentagem da área no Concelho (%)	
AE	AEC	216,59	15,63	0,68%	9,39%
	AEF		25,56	1,11%	
	AEL1		14,03	0,61%	
	AEL2		59,41	2,58%	
	AEL		73,43	3,18%	
	AED1		15,48	0,67%	
	AED2		37,79	1,64%	
	AED3		32,07	1,39%	
	AED		85,34	3,70%	
	AER1		1,19	0,05%	
	AER2		5,52	0,24%	
	AER3		6,73	0,29%	
	AER		13,45	0,58%	
	EVC		1,67	0,07%	
	AEU		1,51	0,07%	
AEG	0,00	0,00%			
IF	EQP	7,48	0,00	0,00%	0,32%
	IFA		7,48	0,32%	
	IFE		0,00	0,00%	
	IFP		0,00	0,00%	
IE	IEX	3,39	3,39	0,15%	
IN	IND	17,48	17,48	0,76%	
AF	AFO	1.146,99	989,40	42,90%	49,74%
	AFM		154,18	6,69%	
	AFA		3,40	0,15%	
AA	AAG	622,38	43,51	1,89%	26,99%
	AAE		0,69	0,03%	
	AAV		307,87	13,35%	
	AAP		154,42	6,70%	
	AAA		115,89	5,03%	
AS	ASM	255,99	125,29	5,43%	11,10%
	ASA		130,70	5,67%	
	AHS		0,00	0,00%	
	PRP		0,00	0,00%	
	DNS		0,00	0,00%	
AG	AGR	35,75	9,76	0,42%	1,55%
	AGA		25,99	1,13%	

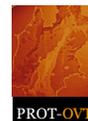


Tabela 10
Estatísticas por Classes e sub-classes na sub-região Lezíria do Tejo

Classe	Subclasse	Total Classe (km ²)	Total Subclasse (km ²)	Percentagem da área no Concelho (%)	
AE	AEC	342,83	26,11	0,61%	8,02%
	AEF		42,21	0,99%	
	AEL1		16,06	0,38%	
	AEL2		33,95	0,79%	
	AEL		50,01	1,17%	
	AED1		49,09	1,15%	
	AED2		83,61	1,96%	
	AED3		65,11	1,52%	
	AED		197,81	4,63%	
	AER1		0,65	0,02%	
	AER2		3,30	0,08%	
	AER3		12,73	0,30%	
	AER		16,68	0,39%	
	EVC		2,89	0,07%	
	AEU		1,09	0,03%	
AEG	6,04	0,14%			
IF	EQP	1,73	0,06	0,00%	0,04%
	IFA		0,16	0,00%	
	IFE		1,51	0,04%	
	IFP		0,00	0,00%	
IE	IEX	15,85	15,85	0,37%	
IN	IND	24,40	24,40	0,57%	
AF	AFO	2.295,70	1.020,45	23,87%	53,70%
	AFM		1.216,38	28,45%	
	AFA		58,87	1,38%	
AA	AAG	1.410,11	212,86	4,98%	32,98%
	AAE		2,92	0,07%	
	AAV		155,59	3,64%	
	AAP		295,03	6,90%	
	AAA		743,71	17,40%	
AS	ASM	122,32	55,21	1,29%	2,86%
	ASA		54,17	1,27%	
	AHS		12,94	0,30%	
	PRP		0,00	0,00%	
	DNS		0,00	0,00%	
AG	AGR	62,13	52,07	1,22%	1,45%
	AGA				

Tabela 11
Estatísticas por Classes e sub-classes na sub-região Oeste

Classe	Subclasse	Total Classe (km2)	Total Subclasse (km2)	Percentagem da área na sub-região (%)	
AE	AEC	298,23	27,70	1,25%	13,43%
	AEF		22,93	1,03%	
	AEL1		37,06	1,67%	
	AEL2		68,05	3,07%	
	AEL		105,11	4,73%	
	AED1		50,83	2,29%	
	AED2		25,73	1,16%	
	AED3		13,64	0,61%	
	AED		90,21	4,06%	
	AER1		4,10	0,18%	
	AER2		11,22	0,51%	
	AER3		22,99	1,04%	
	AER		38,32	1,73%	
	EVC		6,65	0,30%	
	AEU		3,77	0,17%	
AEG	3,54	0,16%			
IF	EQP	6,08	0,55	0,02%	0,27%
	IFA		3,12	0,14%	
	IFE		1,01	0,05%	
	IFP		1,40	0,06%	
IE	IEX	14,29	14,29	0,64%	0,64%
IN	IND	22,34	22,34	1,01%	1,01%
AF	AFO	543,03	521,84	23,50%	24,46%
	AFM		4,92	0,22%	
	AFA		16,27	0,73%	
AA	AAG	1.134,01	48,49	2,18%	51,08%
	AAE		26,78	1,21%	
	AAV		458,19	20,64%	
	AAP		484,66	21,83%	
	AAA		115,90	5,22%	
AS	ASM	193,69	110,86	4,99%	8,72%
	ASA		69,50	3,13%	
	AHS		0,04	0,00%	
	PRP		5,36	0,24%	
	DNS		7,92	0,36%	
AG	AGR	8,54	1,41	0,06%	0,38%
	AGA		7,13	0,32%	

4.2 GRANDES TENDÊNCIAS

Em termos regionais, o estudo evidencia de forma clara, o predomínio das áreas florestais (45%), seguido das áreas agrícolas (36%) e a importância relativa das áreas afectas ao edificado que constituem cerca de 10% do território. Este valor ultrapassa largamente a média nacional e reflecte a importância as questões do povoamento, deverão assumir nas propostas regionais.

A OVT é uma região muito povoada e em que os núcleos urbanos concentrados representam praticamente as sedes de concelho e todo o restante povoamento se dispersa por pequenos fragmentos. Este valor, com particular incidência na região Oeste e Médio Tejo, deve constituir um alerta, ainda que corresponda a um modelo de ocupação do território tradicional e característico da região. Os modelos de povoamento da sub-região da Lezíria, em particular a margem esquerda do Tejo, são de natureza diferente e mais concentrada.

A OVT resulta, no entanto, um território bastante povoado e com uma estrutura que permite a identificação de forma clara de unidades territoriais homogéneas e que poderão constituir importantes suportes à definição e concretização do Modelo Territorial e da Estratégia Regional.



Oeste

Na sub-região Oeste verifica-se que a classe dominante é a “AA - Áreas Agrícolas” com área de ocupação do solo de cerca de 51% do território, seguida das “AF - Áreas Florestais”, com cerca de 24%. As áreas afectas ao edificado, independentemente da sua natureza e função urbana, ocupam 13% do território da sub-região e estas correspondem maioritariamente a formas lineares que

resultam, de um modo geral, da expansão de pequenos núcleos rurais localizados aos longo das vias. Este tipo de ocupação é mais evidente na zona norte da sub-região embora esteja também presente na zona sul, onde a estruturação em núcleos isolados ou em mancha é mais evidente.

Através dos resultados obtidos, é também possível evidenciar que a ocupação edificada se encontra pulverizada no mosaico agrícola, e o único padrão de ocupação do solo que apresentam um carácter localizado e concentrado são as áreas florestais. Estas localizam-se em três áreas geograficamente distintas: a norte nos concelhos de Alcobaça e Nazaré, no centro a sul da Lagoa de Óbidos e no concelho de Torres Vedras e Cadaval.

Foram identificadas algumas dinâmicas territoriais, designadamente nos concelhos de Torres Vedras e de Óbidos, as quais resultam da identificação de áreas em construção, ou processo de edificação evidente.

É possível também constatar que as cidades ocorrem ao longo da sub-região de forma homogénea, não se configurando qualquer hierarquia, em termos de dimensão dos centros urbanos significativa, nem de unidades territoriais que evidenciem centralidades territoriais. A importância das cidades *versus* núcleos rústicos ou edificado linear e disperso, dilui-se no território, pelo que se torna essencial a definição uma política de povoamento que acompanhe a política de cidades uma vez que o sistema urbano nesta sub-região tem características particulares.

A informação produzida tem revelado que a ocupação edificada no litoral ainda não é contínua, tanto ao longo da faixa costeira como para o interior, numa distância de 3 a 5 Km. Pode considerar-se que este tipo de ocupação ainda que importante tem áreas de interrupção significativas.

É ainda de notar, a proliferação por todo o território do Oeste de áreas de exploração agro-pecuária. Estas áreas são elementos pontuais que existem com

alguma frequência em todas as classes de ocupação do solo, mas em especial nas áreas florestais e agrícolas.



Médio Tejo

Na sub-região do Médio Tejo, as classes dominantes de ocupação do solo invertem-se relativamente à sub-região do Oeste, sendo a classe com maior expressão territorial a “AF - Áreas Florestais”, com cerca de 50%, seguida da “AA – Áreas Agrícolas” com cerca de 27%. Esta sub-região é também a que tem uma maior área afectada às classes silvestres, associadas às zonas de serra de Aire e Candeeiros.

Relativamente à distribuição das classes no território, verifica-se que na zona geograficamente mais próxima da Lezíria os padrões de ocupação do solo são semelhantes, com domínio da agricultura e das áreas edificadas mais concentradas. As áreas florestais têm uma maior expressão nos concelhos norte da sub-região como Ourém e Ferreira do Zêzere, e ainda nos concelhos da metade nordeste e sudeste, como Sardoal, Constância e Abrantes.

Em termos de edificado, verifica-se que toda a área a oeste da barragem de Castelo de Bode tem maiores áreas afectadas a esta classe. O edificado ocupa cerca de 9% do território do concelho, e tem padrões de distribuição muito distintos. Existe uma grande mancha contínua na área de Torres Novas,

Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, assim como junto das sedes de concelho de toda a sub-região. No entanto, o padrão de edificação linear é também muito evidente neste território, assumindo formas contínuas especialmente nos concelhos de Ourém e Ferreira do Zêzere.



Lezíria do Tejo

Em primeira análise, é evidente na sub-região Lezíria do Tejo, a diferença entre as duas margens do Rio Tejo em termos de padrões de ocupação do solo. Embora, a classe com maior expressão territorial nesta sub-região sejam as “Áreas florestais” (AF), com uma área de 54%, esta domina claramente a margem sul do Tejo com os tradicionais montados. A ocupação agrícola nesta margem do Tejo localiza-se, essencialmente, nas baixas aluvionares associadas aos vales das principais linhas de água. As áreas edificadas assumem formas concentradas no território e com extensões consideráveis.

Em oposição, a margem norte do Tejo tem padrões de ocupação mais próximos das duas outras sub-regiões. As áreas edificadas são mais presentes e assumem formas lineares, sobretudo na zona norte da sub-região. As áreas edificadas a sul, e junto da margem do Tejo, têm formas mais compactas e os usos urbanos são mais evidentes. A proximidade à AML é evidente nas formas de ocupação urbanas, designadamente de indústrias, comércio, logística localizadas junto à A1, designadamente nos concelhos da Azambuja, Cartaxo e Santarém, embora seja a sub-região que tem uma menor área afectada a esta sub-classe.

Por outro lado, a agricultura ocupa maiores extensões de território estendendo-se desde a lezíria do Tejo até às áreas de planalto. A ocupação florestal e silvestre está associada ao maciço calcário das serras de Aires e Candeeiros. É de destacar a presença de áreas de indústria extractiva de grandes dimensões na área serrana.





5. ANÁLISE SWOT PARA A REGIÃO

5.1 FORÇAS

- Tranquilidade global do território aliada à sua qualidade paisagística;
- Formas de ocupação do solo dominantes ligadas à exploração dos recursos naturais no que se refere fundamentalmente à agricultura e florestas;
- Faixa litoral com elevada qualidade paisagística e ambiental ainda não totalmente ocupada por edificação;
- Existência de elementos que confirmam o domínio da paisagem rústica;
- Presença de elementos culturais, aglomerados e paisagens de carácter excepcional.

5.2 FRAQUEZAS

- Dispersão do edificado no território, de modo difuso e por troços, em especial através de formas de povoamento linear (cerca de 4500 “lugares”) na região;
- Fragmentação e dispersão territorial das áreas associadas a actividades económicas industriais e comerciais;
- Falta de evidência de uma hierarquia da rede urbana;
- Reduzido número de equipamentos e infra-estruturas;
- Elevado número de instalações agro-pecuárias espalhadas pelo território de forma aleatória e que constituem fontes de poluição da água e dos solos, em especial na sub-região Oeste.

5.3 OPORTUNIDADES

- Existência de uma faixa litoral diversificada e com uma extensão de praias apropriada para a instalação de actividades associadas ao recreio e lazer das populações;
- Qualidade territorial elevada e com condições para a instalação de estruturas turísticas integradas;
- Disponibilidade de espaço para a instalação de grandes infra-estruturas e equipamentos de âmbito nacional e internacional, fomentadas pelas novas acessibilidades.

5.4 AMEAÇAS

- Consumo excessivo de espaço e recursos naturais para os processos de urbanização;
- Diminuição da qualidade ambiental e paisagística pela forte apetência para a instalação de actividades económicas fomentada pelas novas acessibilidades;
- Aumento das pressões sobre a faixa litoral e áreas naturais;
- Domínio da pequena propriedade agrícola e florestal;
- Diminuição da qualidade da paisagem devido á possibilidade de aumento das áreas de exploração de inertes;
- Dispersão dos novos edificados na paisagem rural e uma expansão de núcleos ou lugares de forma sistemática.

6. AMBIÇÃO E OBJECTIVOS PARA A REGIÃO

A visão para a região tem como ambição:

1. Um território ocupado com qualidade.
2. O recreio, lazer e turismo integrados nos valores naturais.
3. Qualificação e contenção das ocupações no litoral.

Esta visão assenta no cumprimento de um conjunto de opções estratégicas, designadamente:

1. Definição de uma política de povoamento que estruture, e promova a contenção, concentração e qualificação da edificação difusa na região.
2. Fomentar a implantação de turismo integrado que valorize a região em termos económicos e não contribua para a degradação paisagística e ambiental dos recursos.
3. Manter a diversidade de usos agrícolas e florestais através da alteração para padrões que adoptem métodos de exploração ecológicos sustentáveis.
4. Utilização da faixa litoral de forma descontínua em termos de ocupação, garantindo a manutenção de padrões de paisagem qualificada e grandes áreas livres de ocupação edificada.
5. Ordenamento agrícola e florestal do território ao nível regional.
6. A aposta numa qualificação territorial através da qualificação e integração das intervenções das diferentes actividades económicas.
7. Utilização do recurso território e paisagem como um elemento de diferenciação regional e local.



7. PAISAGENS NOTÁVEIS

7.1 INTRODUÇÃO

Recentemente, as paisagens têm vindo a ser reconhecidas como um elemento fundamental no estabelecimento de políticas e estratégias de ordenamento do território e urbanismo que garantam um desenvolvimento sustentável. Este facto é reconhecido pela Convenção Europeia da Paisagem a qual considera que a paisagem é um aspecto determinante na identidade e qualidade de vida das populações e desempenha funções importantes de interesse público ao nível ecológico, ambiental, social e económico.

Sendo o reflexo das relações estabelecidas ao longo do tempo entre os factores naturais e humanos, a paisagem constitui um importante elemento da identidade local, regional e nacional. No entanto, a evolução das técnicas de exploração do território, das políticas de ordenamento e de urbanismo, e da economia têm vindo a alterar rapidamente o perfil tradicional das paisagens. O estabelecimento de políticas de ordenamento do território que defendam não só as paisagens de elevado valor natural e cultural tal como as que estão incluídas no Sistema Nacional de Áreas Protegidas mas também, as que se destacam pelo seu carácter e forte identidade regional.

Neste contexto efectuou-se no âmbito do PROTOVT a identificação de paisagens com carácter único, que embora estando num processo de contínua mudança, continuam a contribuir para o estabelecimento da identidade local e regional. Estas paisagens, designadas como Paisagens Notáveis são exemplos significativos não só de áreas com características naturais que contribuem para a qualidade ecológica e biodiversidade mas também, exemplos histórico-culturais da relação entre o homem e o território na OVT.

7.2 METODOLOGIA

As **Paisagens Notáveis** identificadas no território do PROTOVT incluem exemplos representativos de territórios com carácter único na região. Estas paisagens assumem um papel determinante para a manutenção da identidade local e regional e também um recurso favorável ao desenvolvimento das actividades económicas.

As paisagens seleccionadas são constituídas por ***paisagens naturais***, ou seja paisagens pouco afectadas pela actividade humana que pelas sua características físicas e biológicas constituem exemplos de rara beleza; e por ***paisagens tradicionais***, paisagens onde o resultado da interacção do homem no território ao longo do tempo e da adaptação às suas necessidades ainda representa um exemplo do equilíbrio entre as características biofísicas do território e as actividades humanas. Estas constituem exemplos culturais da acção humana na região, integrando por isso um registo da memória colectiva.

Com base nestes critérios foi identificado um conjunto de paisagens com estas características, seguindo uma metodologia apoiada em duas fases:

- Na primeira fase, efectuou-se a selecção dos territórios que apresentavam características marcadamente distintas dos envolventes através da análise de fotografia aérea à escala 1:5000 complementada com outra informação auxiliar, designadamente as cartas militares, o relevo, a rede hidrográfica e a cartografia de ocupação do solo elaborada no âmbito deste plano.

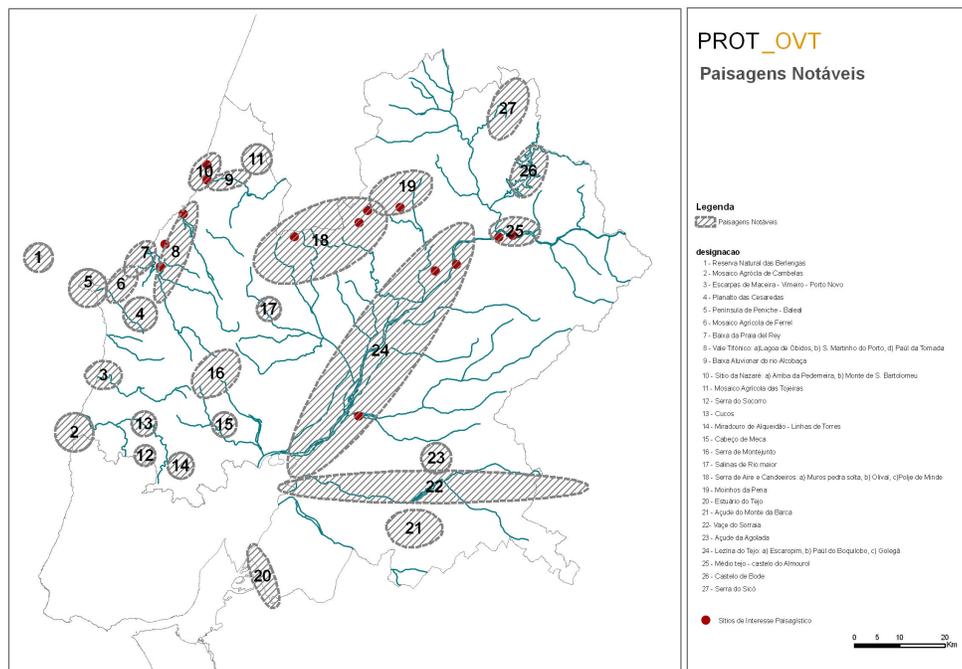
Na segunda fase, recolheu-se informação bibliográfica sobre as paisagens naturais e tradicionais da região, de modo a efectuar, por um lado, a validação das paisagens recolhidas na fase 1 e por outro, identificar outros que pela sua área ou características não se salientavam na escala de análise. Esta validação foi também complementada através de percursos e visitas locais.

A identificação de um conjunto de áreas definidas como Paisagens Notáveis sem limites geograficamente definidos é o resultado da aplicação desta metodologia. Foi ainda levantado um conjunto Sítios de Interesse Paisagístico identificados através de pontos devido à sua reduzida área face à escala de análise do PROTOVT. Estas áreas e pontos correspondem a territórios geográficos de fácil identificação e referenciação territorial cujos limites exactos deverá ser aferido no âmbito de planos municipais ou inter-municipais.

As Paisagens Notáveis identificadas incluem áreas naturais classificadas no Sistema Nacional de Áreas Protegidas; outras áreas de marcada beleza e qualidade ecológica mas que não têm qualquer tipo de estatuto de conservação; e ainda paisagens agrícolas tradicionais. Poderão ser incluídas outras áreas nesta classificação através de informação completar.

Na figura 1 apresentam-se as Paisagens Notáveis da OVT e no Anexo 2 a descrição e imagem de cada uma delas, organizada em fichas.

Figura 1
Paisagens Notáveis da OVT



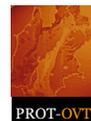
anexo 1





Anexo1. FICHAS POR PADRÃO

AEC – Áreas Edificadas Compactas	60
AEF – Áreas Edificadas Fragmentadas	61
AEL1 – Áreas Edificadas Lineares Contínuas	62
AEL2 – Áreas Edificadas Lineares descontínuas	63
AED1 – Áreas Edificadas Dispersas do tipo 1	64
AED2 – Áreas Edificadas Dispersas do tipo 2	65
AED3 – Áreas Edificadas Dispersas do tipo 3	66
AER1 – Áreas Edificadas em Espaço Rústico do tipo 1	67
AER2 – Áreas Edificadas em Espaço Rústico do tipo 2	68
AER3 – Áreas Edificadas em Espaço Rústico do tipo 3	69
EVC – Espaços Vazios em Construção	70
AEU – Áreas Edificadas Unifamiliares	71
AEG – Áreas Edificadas com Golfe Associado	72
EQP – Parques de Campismo	73
IFA – Instalações Aeroportuárias	74
IFE – Parques Eólicos	75
IFP – Portos e Marinas	76
IEX – Áreas de Indústria Extractiva	77
IND - Indústria, Armazenagem, Comércio e Logística	78
AFO – Povoamentos Florestais	79
AFM – Povoamentos de Sobreiro ou Azinheiras	80
AFA – Áreas Agro-Florestais	81
AAG – Áreas Agrícolas	82
AAE – Áreas Agrícolas com Estufas	83
AAV – Pomar, Vinhas, Oliveiras e Horto-Frutícolas	84
AAP – Áreas Agrícolas de Policultura	85
AAA – Baixas Aluvionares	86
ASM – Matos	87
ASA – Matos com Afloramentos Rochosos	88
PRP – Praias	89
DNS – Dunas	90
AHS – Áreas Húmidas	91
AGA – Albufeiras e Lagoas	92
AGR – Cursos de Água	93



AEC – Áreas Edificadas Compactas

Sub-classe



Características

Correspondem a territórios que possuem uma estrutura urbana consolidada cuja morfologia é definida por uma rede viária hierarquizada e ordenada, por edifícios e áreas destinados aos diferentes usos e funções urbanas.



Características

Fragmentação e desqualificação do território, ocorrendo com frequência na extensão das áreas edificadas consolidadas. Ocorre ainda como uma área do território em que a expansão urbana recente transcende a dimensão do núcleo compacto original. Coexistência de diferentes funções e tipologias de edificação com base numa rede viária não estruturada e hierarquizada.

AEL1 – Áreas Edificadas Lineares Contínuas

Sub-classe

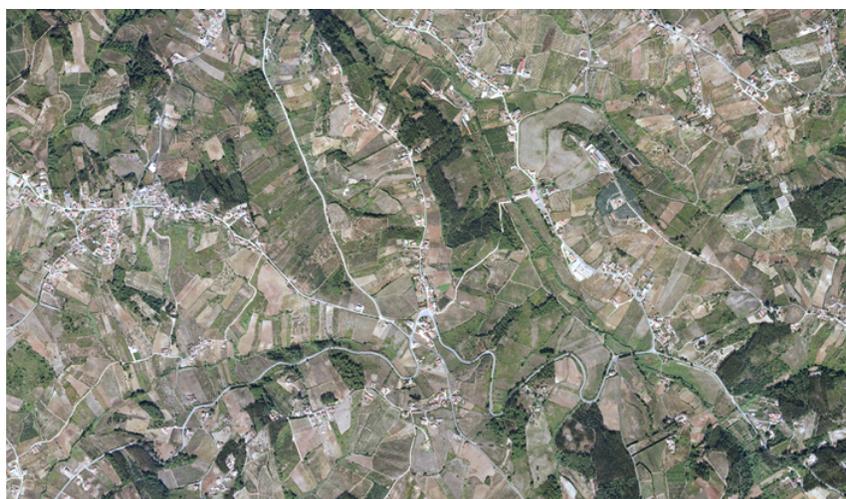


Características

Conjunto de edificações no espaço rústico organizadas ao longo das vias de comunicação de forma contínua. Geralmente resultam da expansão linear de áreas edificadas em espaço rústico, podendo formar uma estrutura em rede mais ou menos densa.

AEL2 – Áreas Edificadas Lineares descontínuas

Sub-classe



Características

Conjunto de edificações organizadas ao longo das vias de comunicação de forma descontínua, (de um ou ambos os lados da via), podendo existir médios ou grandes vazios entre os espaços construídos, geralmente resultam da expansão linear de áreas edificadas em espaço rústico, podendo formar uma estrutura em rede mais ou menos densa.

AED1 – Áreas Edificadas Dispersas do tipo 1

Sub-classe



Características

Territórios cuja estrutura agrícola é ainda o padrão dominante da paisagem mas onde ocorrem com alguma frequência edifícios isolados ou em pequenos grupos. A densidade do edificado varia, em média, entre 3 e 10 edifícios por cada 25/ha.

AED2 – Áreas Edificadas Dispersas do tipo 2

Sub-classe

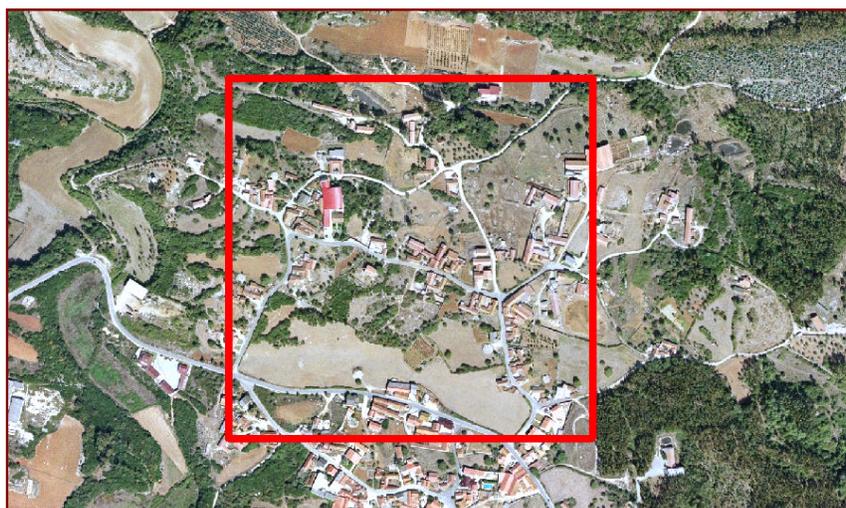


Características

Territórios onde a estrutura agrícola é ainda evidente mas onde a ocorrência de edifícios isolados ou em pequenos grupos, constitui já o padrão dominante da paisagem. A densidade do edificado varia, em média, entre 10 e 25 edifícios por cada 25/ha.

AED3 – Áreas Edificadas Dispersas do tipo 3

Sub-classe



Características

Territórios onde o mosaico agrícola e a paisagem pré-existente é meramente residual. Os edifícios organizam-se de uma forma mais densa normalmente sem arruamentos consistentes e sem estrutura definida. A densidade do edificado varia, em média, entre 25 e 50 edifícios por cada 25/ha.

AER1 – Áreas Edificadas em Espaço Rústico do tipo 1

Sub-classe



Características

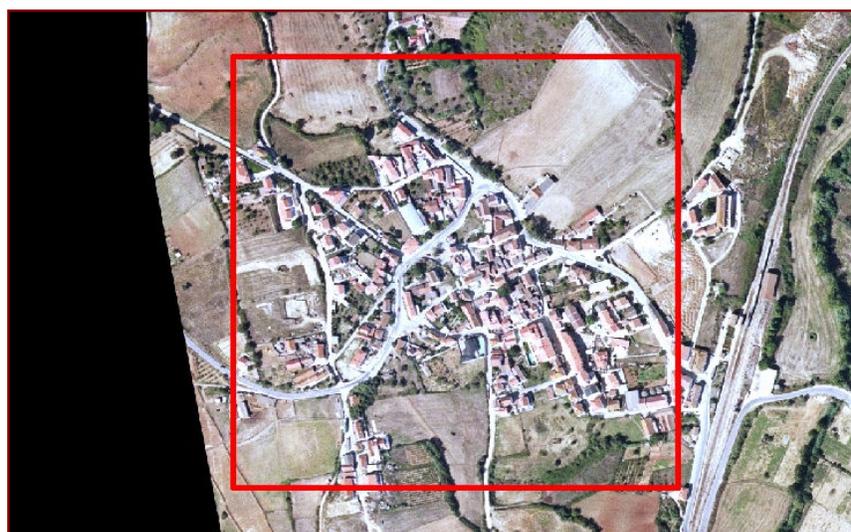
Conjuntos edificados com base num espaço nuclear com carácter compacto e contínuo. Em que a estrutura viária perceptível e hierarquizada.

Concentração do edificado no meio da paisagem agro-florestal, por vezes com indícios de dinâmicas de crescimento.

Nesta sub-classe foram incluídos os núcleos pequenos com \leq a 10 edifícios em 25 hectares.

AER2 – Áreas Edificadas em Espaço Rústico do tipo 2

Sub-classe



Características

Igual às descritas no AER1, embora se destaque maior quantidade e concentração de edifícios. Nesta sub-classe foram incluídos os núcleos com 10 a 50 edifícios em 25 hectares.

AER3 – Áreas Edificadas em Espaço Rústico do tipo 3

Sub-classe



Características

Iguais às descritas no AER1. Destaque-se que a maioria dos casos AER3 se apresenta de uma forma compacta.

Nesta sub-classe foram incluídos os núcleos com ≥ 50 edifícios em 25 hectares.

EVC – Espaços Vazios em Construção

Sub-classe



Características

Áreas inseridas no espaço rústico ou no espaço edificado evidenciando obras de construção (obras de urbanização) de infra-estruturas, arruamentos, edifícios ou outros equipamentos.

Áreas com dinâmicas instaladas de alteração do uso do solo.

Os seus limites são definidos pelo limite aproximado das áreas com movimentos de terras ou obras de urbanização ou construção.

AEU – Áreas Edificadas Unifamiliares

Sub-classe

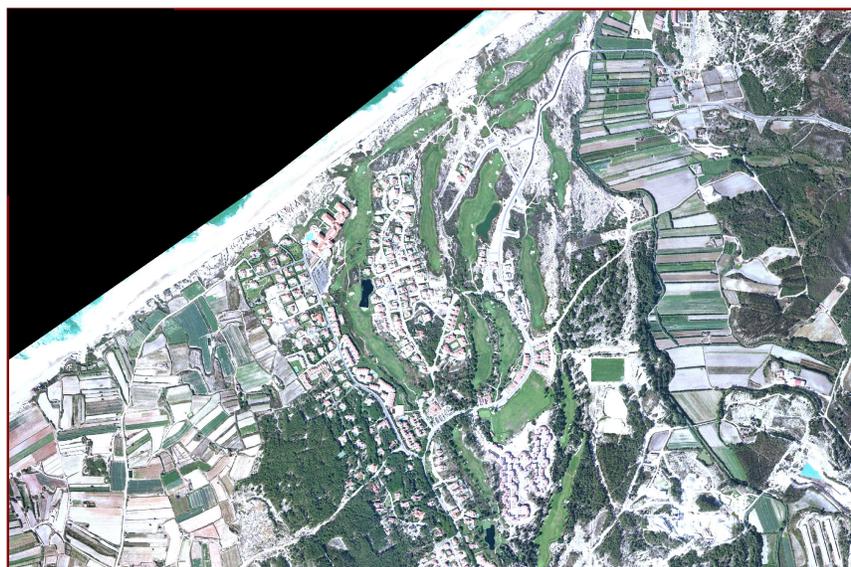


Características

Áreas de edifícios unifamiliares organizadas de forma contínua e homogénea, podendo integrar edifícios multifamiliares isolados ou em banda.

AEG – Áreas Edificadas com Golfe Associado

Sub-classe



Características

Áreas edificadas onde o espaço afecto ao campo de golfe é dominante. As moradias localizadas em lotes envolvem os *fairways* ou estão localizados na sua proximidade imediata, normalmente associadas a equipamentos hoteleiros.

IF – EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS | Classe

EQP – Parques de Campismo | Sub-classe



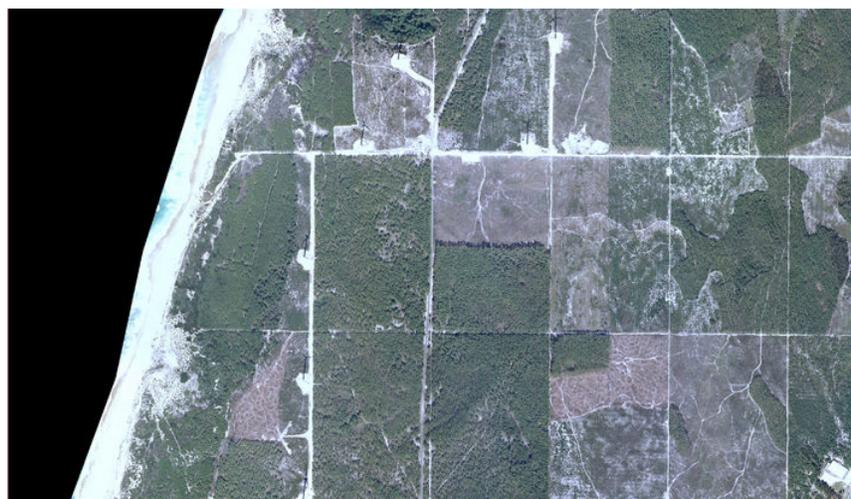
Características

Instalações de apoio à actividade turística dotados de estruturas destinada a permitir a instalação de tendas, reboques, caravanas e demais material e equipamento necessários à prática do campismo. Inclui todos os espaços livres, edifícios e equipamentos de recreio (piscinas, cortes de ténis) associados.



Características

Espaços afectos a aeroportos e aeródromos incluindo pistas, edifícios e todos os espaços livres associados a estas infra-estruturas



Características

Conjunto de aero-geradores destinados à produção de energia, incluindo todas os terrenos e edifícios associados a esta infra-estrutura.



Características

Superfícies de água e infra-estruturas de apoio à actividade náutica incluindo a área envolvente de apoio e todos os equipamentos e infra-estruturas a ela associadas. Instalações portuárias, incluindo docas, portos de abrigo e todos os edifícios associados a esta infra-estrutura.

IE – INDÚSTRIA EXTRACTIVA | Classe

IEX – Áreas de Indústria Extractiva | Sub-classe



Características

Áreas afectas à exploração de inertes de qualquer tipo, incluindo todos os terrenos e edifícios associados a esta actividade.

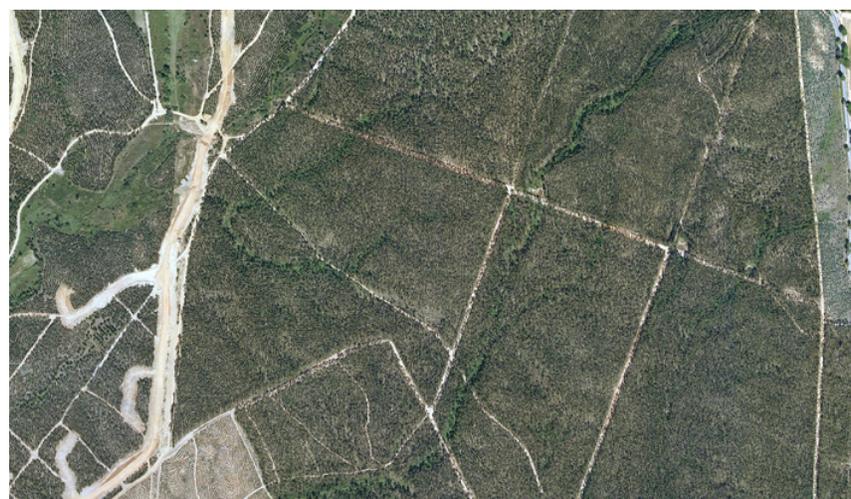
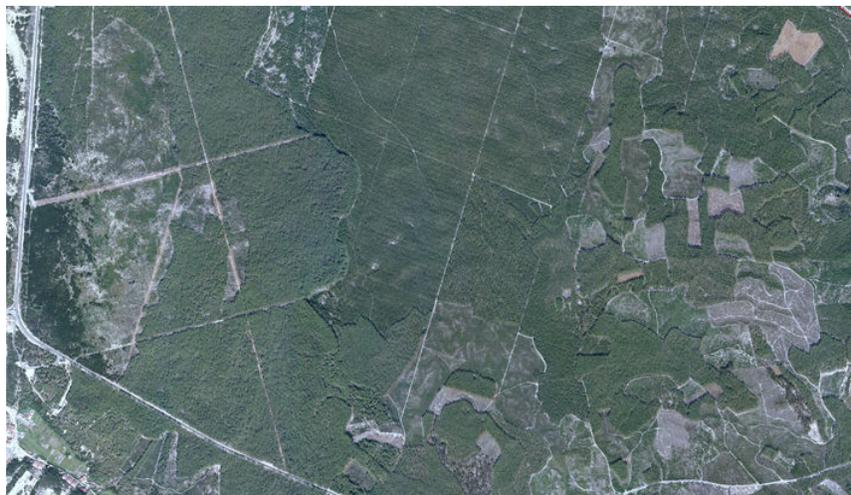
IND – INDÚSTRIA, ARMAZENAGEM, COMÉRCIO E LOGÍSTICA | Classe

IND - Indústria, Armazenagem, Comércio e Logística | Sub-classe



Características

Elementos isolados ou conjuntos de elementos com expressão espacial destinados à instalação de empresas, indústria e armazenagem incluindo grandes e médias superfícies comerciais



Características

Áreas ocupadas por um conjunto de árvores suficientemente homogêneas, sem distinção no que se refere à sua composição, estrutura ou densidade e incluindo as novas plantações.



Características

Formação vegetal onde se verifica o predomínio de sobreiros e/ou azinheiras, associados ou não entre si ou com outras espécies, apresentando densidades variáveis.

Fonte: Dec. Lei nº 169/2001 de 25 de Maio alterado pelo Dec.lei 155/2004 de 30 de Junho.

AFA – Áreas Agro-Florestais

Sub-classe



Características

Espaço rústico onde coexistem o uso agrícola e o uso florestal, sem predomínio de qualquer dos usos., geralmente em pequenos parcelamentos.



Características

Espaço onde predomina o uso agrícola associado a grandes parcelamentos com cultura arvenses intensiva e sem arborização significativa.

AAE – Áreas Agrícolas com Estufas

Sub-classe

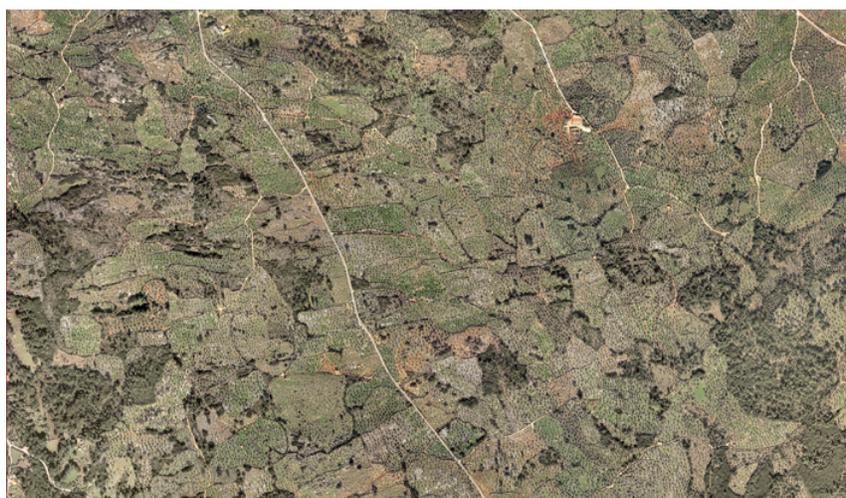


Características

Conjunto de parcelas com actividade agrícola intensiva sob a forma de estufas

AAV – Pomar, Vinhas, Oliveiras e Horto-Frutícolas

Sub-classe



Características

Conjunto de parcelas agrícolas ou folhas de cultura onde predominam em grandes extensões pomares, vinhas, horto-frutícolas e olivais.



Características

Conjunto de parcelas agrícolas ou folhas de cultura onde coexistem com culturas arvenses de sequeiro, pomares, vinhas, horto-frutícolas e olivais em que pode ocorrer arborização periférica da parcela. Agricultura em pequena propriedade que constitui o mosaico agrícola.



Características

Áreas marginais a linhas de água associadas a solos de aluvião com elevada produtividade agrícola, normalmente correspondentes com os leitos de cheia.

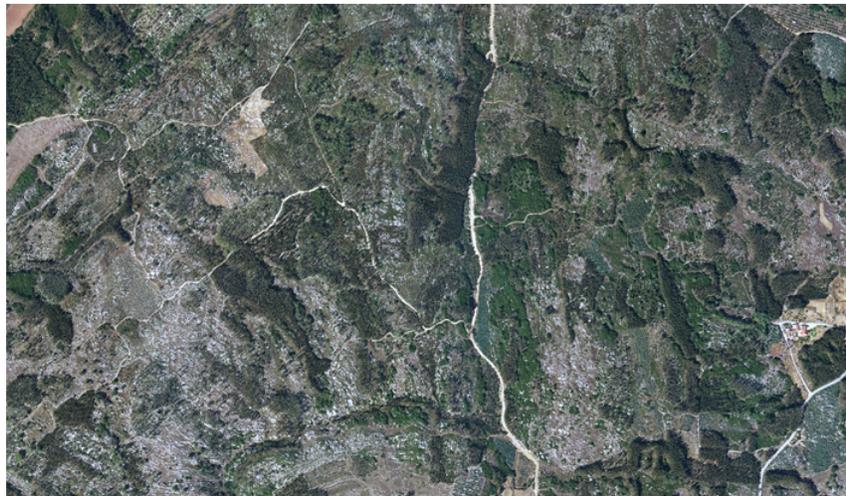


Características

Áreas com revestimento herbáceo-arbustivo de espécies de flora autóctones com pequena altura (<1,00m) podendo ocorrer ao longo das linhas de drenagem natural e encostas adjacentes, maciços arbustivos e arbóreos de maior dimensões de forma contínua. Evidência das formas do relevo natural e de fenómenos de geomorfologia local.

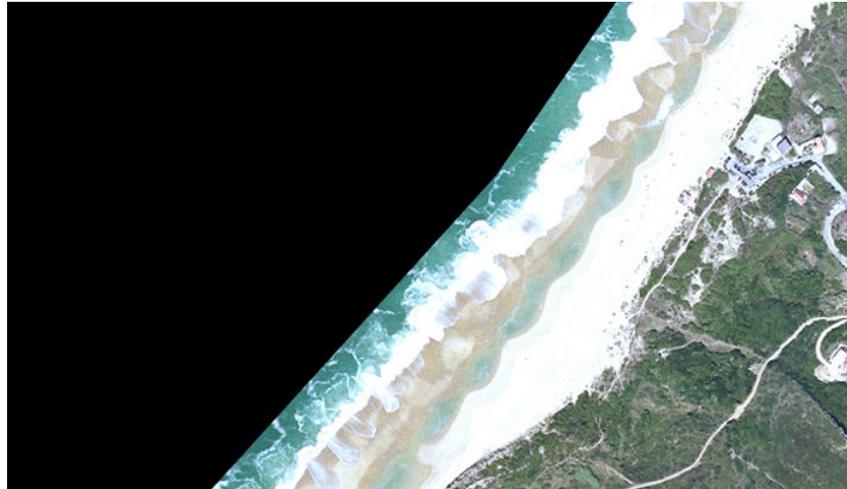
ASA – Matos com Afloramentos Rochosos

Sub-classe



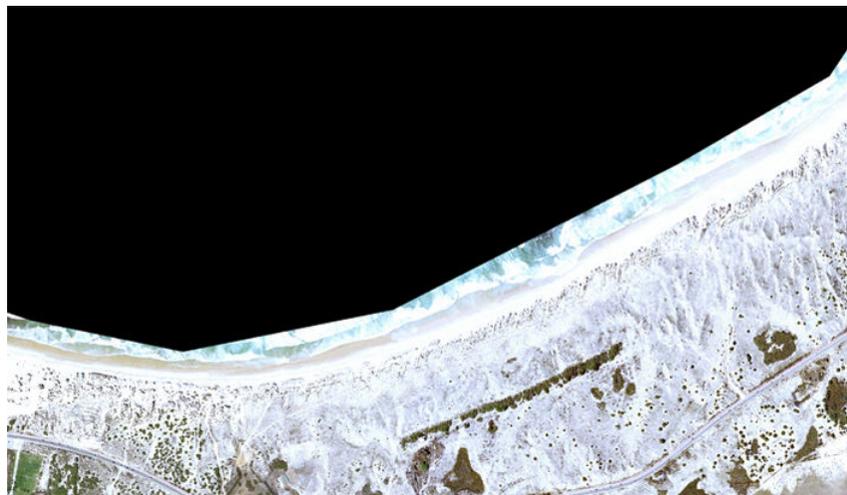
Características

Áreas com percentagem significativa de terrenos sem uso definido, com pedregosidade elevada e ocorrência de muros de pedra arrumados à mão que apresentam elevado interesse paisagístico, podendo dar origem a unidades de paisagem especial.



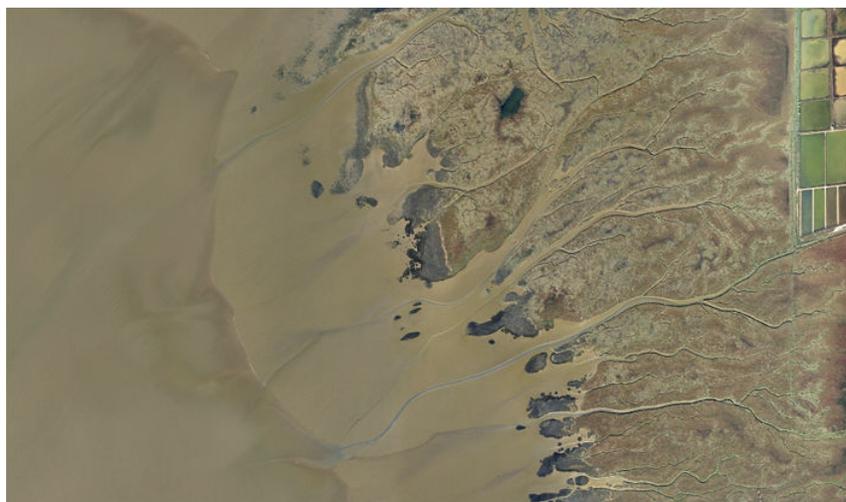
Características

Forma de acumulação de areias ou cascalhos de fraco declive limitadas inferiormente pela linha baixa-mar de águas vivas equinociais e superiormente pela linha atingida pela preia-mar de águas vivas equinociais.



Características

Formações de acumulação eólica cujos materiais de origem são areias marinhas, regularmente revestidas por vegetação herbácea característica deste ecossistema.

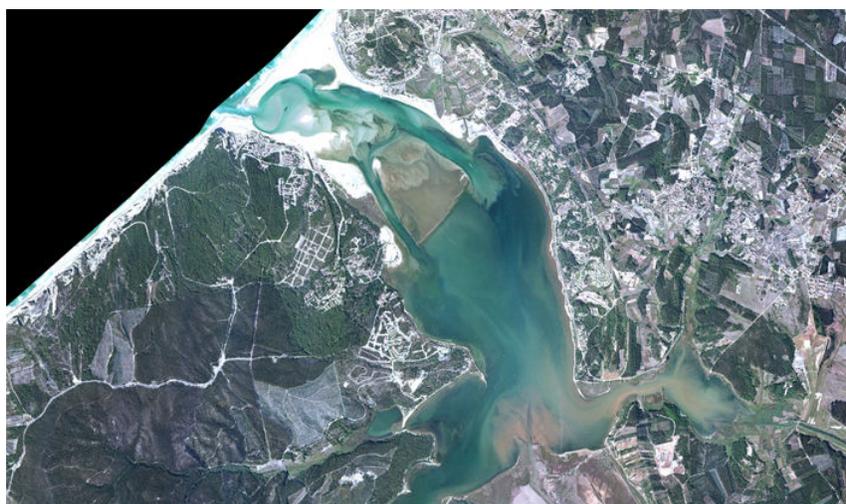


Características

Áreas sujeitas a alagamento pelo efeito da maré, normalmente compostas por sapais e zonas intertidais. Cobrem áreas onde excesso de água domina o ambiente e determina fauna e flora. A linha de água situa-se usualmente pouco abaixo, ao mesmo nível ou ligeiramente acima da superfície da terra e a água pode ser parada, corrente ou dependente da maré.

AGA – Albufeiras e Lagoas

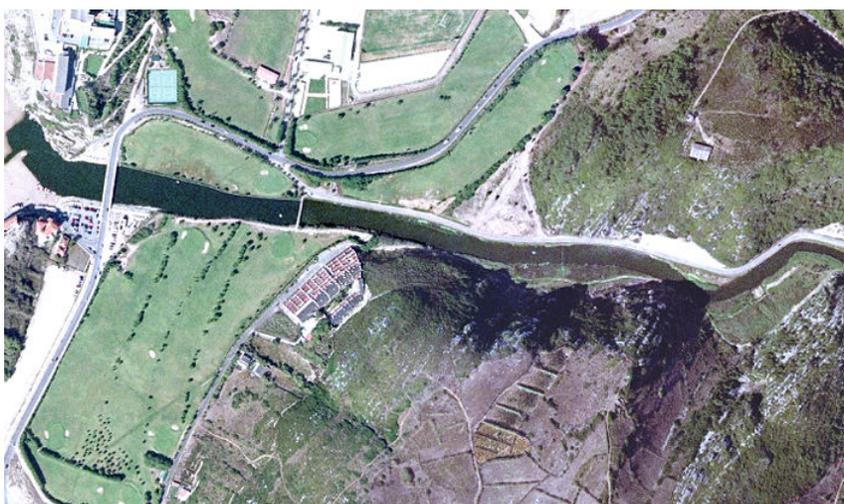
Sub-classe



Características

Zonas alagadas, naturais ou artificiais.

AGR – Cursos de Água | Sub-classe



Características

Leitos dos cursos de água com carácter permanente e largura superior a 25m.

anexo 2



Anexo2. FICHAS PAISAGENS NOTÁVEIS

PAISAGENS NOTÁVEIS

1	Berlengas
2	Mosaico Agrícola de Cambelas
3	Escarpas de Maceira – Vimeiro – Porto Novo
4	Planalto da Cesaredas
5	Península de Peniche - Baleal
6	Mosaico Agrícola de Ferrel
7	Vale Tifónico: a)Lagoa de Óbidos b)Vila de Óbidos c)baía de S.Martinho do Porto d)Paúl da Tornada
8	Baixa Aluvionar do rio Alcobaça
9	Sítio da Nazaré: a)Arriba da Pedemeira b)Monte S.Bartolomeu
10	Mosaico Agrícola das Tojeiras
11	Serra do Socorro
12	Cucos
13	Miradouro do Alqueidão – Linhas de Torres
14	Cabeço de Meca
15	Serra de Montejunto
16	Salinas de Rio Maior
17	Serra d’Aire e Candeeiros: a)Cerrados b)Olival Serrano c)Polje de Minde
18	Moinhos da Pena
19	Estuário do Tejo
20	Açude do Monte da Barca
21	Vale do Sorraia
22	Açude da Agolada
23	Lezíria do Tejo: a)Escaropim b)Paúl do Boquilobo
24	Médio Tejo - Castelo de Almourol
25	Castelo de Bode
26	Serra do Sicó

01

designação
berlengas

descrição

O Arquipélago das Berlengas, composto por numerosas ilhas e rochedos de granito de contornos irregulares, encostas escarpadas e águas transparentes, constitui um território único do ponto de vista cénico e paisagístico. É um espaço de Reserva Natural que apresenta vários estatutos de protecção devido à sua riqueza em termos biodiversidade.



02

designação

mosaico agrícola de cambelas

descrição

Mosaico que constitui um exemplo bem conservado da agricultura tradicional desta região. A sua identificação como paisagem notável decorre fundamentalmente da grande extensão campos agrícolas compartimentados por sebes num território de morfologia ondulada e onde a estrutura de povoamento é ainda concentrada e existe uma relação equilibrada com a linha de costa e com o mar.



designação

escarpas de maceira, vimeiro, porto novo

descrição

Pequena área natural no litoral junto à povoação de Maceira, onde predomina uma paisagem de serras calcárias que se caracteriza pelos seus vales escavados e altos penhascos. Junto das margens do rio Alcabrichel, subsiste um conjunto de características naturais da fauna e flora ribeirinha muito significativas e que tornam esta área um ecossistema de primeira importância para a região

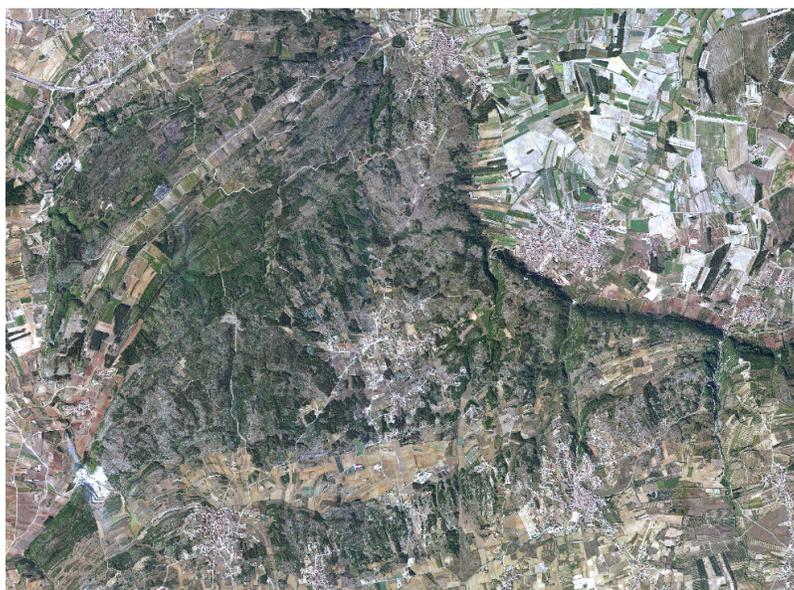


Designação

planalto das cesaredas

descrição

O maciço calcário do Planalto das Cesaredas é um prolongamento do sistema montanhoso da Serra d'Aire e Candeeiros/ Montejunto, onde existem árvores monumentais e zonas de mata mediterrânica (com pinheiros bravos e carvalhos). Trata-se de uma importante zona de infiltração de águas, recarregando os recursos hídricos de profundidade



05

designação

península de peniche-baleal

descrição

A Península de Peniche constitui um dos acidentes geológicos mais notáveis de toda a costa portuguesa. A linha de costa alterna entre majestosas falésias e praias de areia fina mantendo grande parte das suas características ambientais preservadas. O Baleal é uma pequena ilha situada a Norte de Peniche, separada do continente por uma praia de fina areia branca.



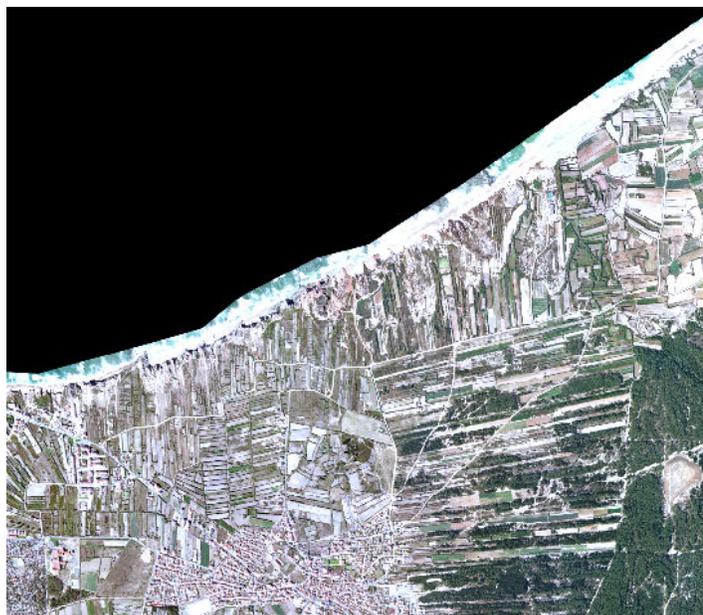
06

designação

mosaico agrícola de ferrel

descrição

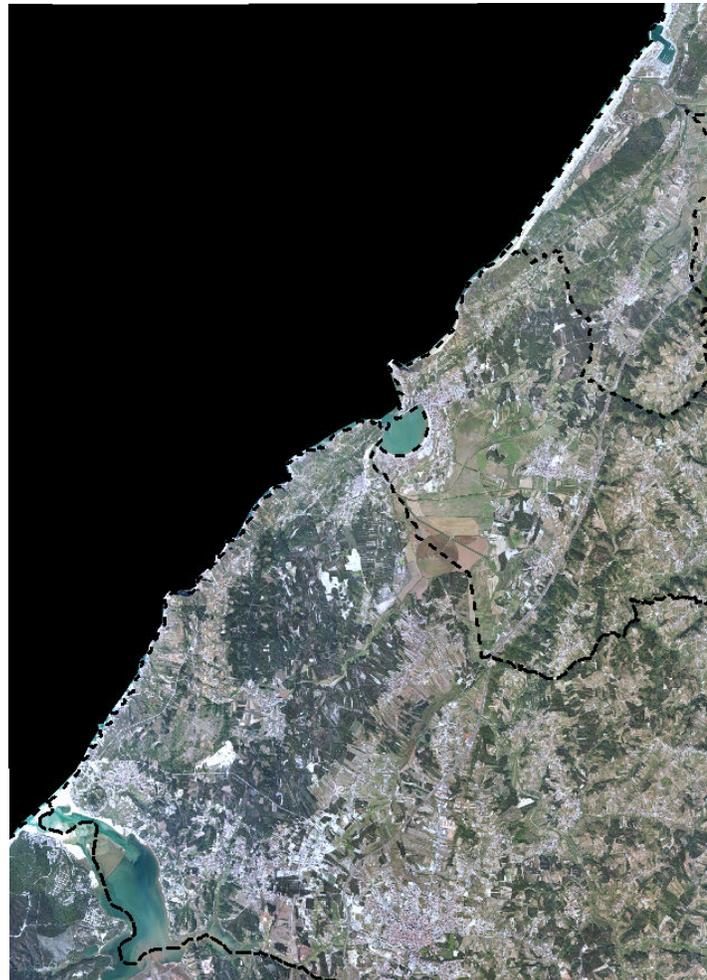
Área caracterizada por um mosaico agrícola cuja configuração rectangular, comprida e estreita das propriedades e ocupação de culturas agrícolas e florestais alternada imprime à paisagem uma elevada diversidade paisagística.



designação
vale tifónico

descrição

O Vale Tifónico das Caldas-Alfeizerão compreende uma extensa área que em tempos foi um mar interior e que moldou e deixou características distintas criando uma paisagem de contornos notáveis. Na costa alternam praias, zonas lagunares e arribas escarpadas decorrentes da acção marítima e no interior do vale, actualmente ocupado por agricultura, sobressaem maciços de relevo com afloramentos rochosos e vegetação natural. Como pontos com especial interesse paisagístico destaca-se: a lagoa de Óbidos, a vila de Óbidos, a Concha de São Martinho e o Paúl da Tornada.

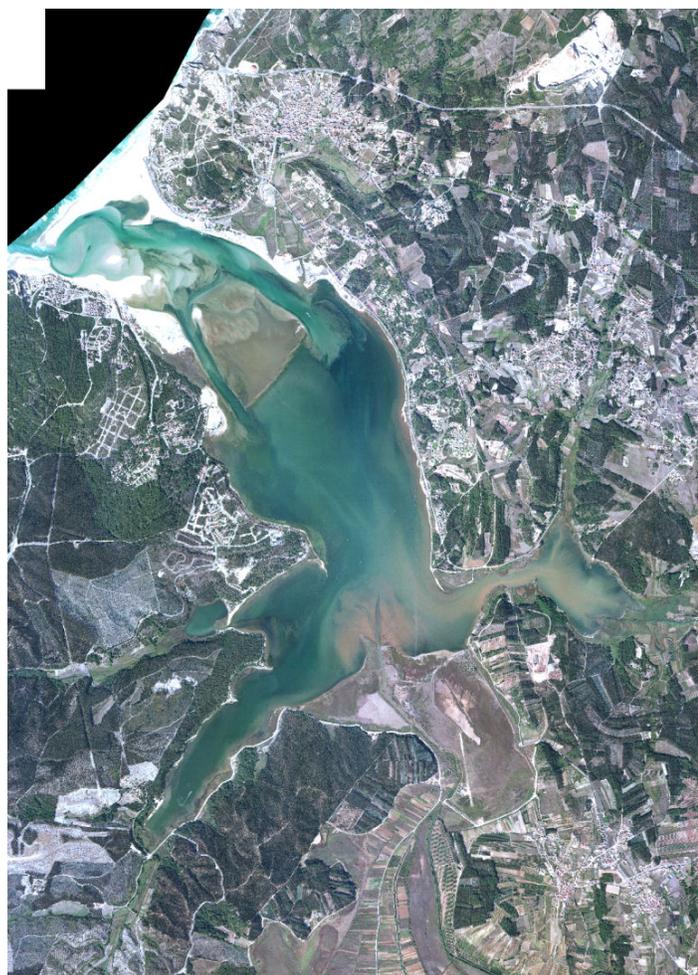


07 a

designação
vale tifónico
 lagoa de óbidos

descrição

A lagoa de Óbidos é uma zona húmida única na região com um ambiente efémero criado pela sua tendência natural para o assoreamento. A extensão do plano de água, o recorte das margens, o contraste de usos do solo e a implantação da vila de Foz do Arelho contribuem para a elevada qualidade paisagística desta área.



07 *b*

designação
vale tifónico
 vila de óbidos

descrição

A qualidade paisagística da vila de Óbidos resulta do seu valor histórico-cultural aliado à implantação num ponto dominante da paisagem. A elevação onde se localiza a vila decorreu da conjugação de vários processos geomorfológicos, bem como pela subida e descida do nível das águas do mar, ao longo do tempo, imprimindo-lhe deste modo características únicas na região.



07 c

designação

vale tifónico
baía de são martinho do porto

descrição

A baía de São Martinho do Porto é um acidente geográfico que, pela sua forma, em concha perfeita, é único no país e na Europa. A baía é uma bacia marítima de forma elíptica, com águas calmas constituindo um porto natural com uma paisagem única decorrente da implantação da vila em anfiteatro, o arvoredo envolvente, as dunas de Salir e a abertura da barra entre os Morros de Santana a Sul e do Farol a Norte. Esta zona é marcada pelos afloramentos rochosos que se estendem pelo mar dentro, as quebradas, alternando com falésias.



07 d

designação
vale tifónico
 paúl da tornada

descrição

O paúl é um vestígio de um passado longínquo em que o mar penetrava mais profundamente na faixa de sedimentos jurássicos do e em que o Rio de Tornada era navegável. Graças à sua constituição geológica, nomeadamente um revestimento de margas, mantém uma zona central permanentemente alagada e outra que alaga temporariamente. Constitui uma zona húmida de elevado interesse não só pela diversidade de fauna e flora que apresenta mas também pelo contraste que cria com a paisagem envolvente.



08

designação

baixa aluvionar cela-valado dos frades

descrição

Vale agrícola de elevado valor paisagístico e histórico-cultural cuja paisagem ainda conserva actualmente marcas evidentes da obra de engenharia hidro-agrícola aplicada pelos monges da ordem de Cister durante séculos na região.



designação

sítio da nazaré
arriba da pederneira

descrição

A arriba da Pedrneira é conjunto natural e patrimonial que constitui um ponto dominante da paisagem que se desenvolve paralelo à costa e donde é possível observar o Pinhal de Leiria a Norte, toda a costa até ao Cabo Carvoeiro a Sul, as Berlengas a Oeste e a Serra dos Candeeiros a Leste. No centro de um triângulo entre as povoações de Nazaré, Valado dos Frades e Fanhais encontra-se a Duna da Agueria, a maior duna estabilizada da Europa



09 b

designação

sítio da nazaré
monte de são bartolomeu

descrição

O monte de São Bartolomeu é um notável morro dolmítico que se ergue entre dunas e pinhas que conserva uma flora tipicamente mediterrânea. A conjugação de uma série de características, designadamente a flora endémica, a geologia ígnea e do interesse histórico-cultural são determinantes para o seu elevado valor paisagístico na região. Estas características foram determinantes para a sua classificação como geomonumento



10

designação

mosaico agrícola das tojeiras

descrição

O mosaico agrícola das Tojeiras constitui outro exemplo bem conservado e em grande extensão da actividade agrícola tradicional da região. A prática de diferentes culturas agrícolas de encostas escarpadas e revestidas com vegetação autóctone constituem elementos determinantes para a sua qualidade paisagística.



designação

serra do socorro

descrição

Esta área natural surge na continuidade dos Cucos, funcionando, do ponto de vista paisagístico, ambas como uma unidade. Este cone vulcânico de origem basáltica constitui um ponto miradouro privilegiado pois é possível observar uma paisagem a perder de vista. A eucaliptização e a passagem da auto-estrada junto a uma das suas vertentes, são os aspectos mais negativos na quebra desta unidade.



designação
CUCOS

descrição

Esta área natural corresponde a cone vulcânico de origem calcária situado na fronteira Sul de Torres Vedras, de elevado valor ecológico e paisagístico e que constitui uma unidade com a Serra do Socorro.



13

designação

miradouro do alqueidão-linhas de torres

descrição

Localizado num ponto onde é possível observar toda a paisagem envolvente, o miradouro de Alqueidão compreende um forte de que fazia parte da 1ª linha defensiva de Torres, pelo que a sua qualidade paisagística decorre o valor histórico-cultural.



designação

cabeço meca (Sta. quitéria)

descrição

Antigo vulcão que dominava toda a paisagem entre Montejunto e Alenquer e cuja ocupação agrícola envolvente acentua a sua morfologia. A exploração de inertes do cabeço de Meca alterou o seu antigo perfil o qual constituía mais um dos mais belos miradouros do Oeste. No entanto, ainda constitui uma paisagem notável a região.



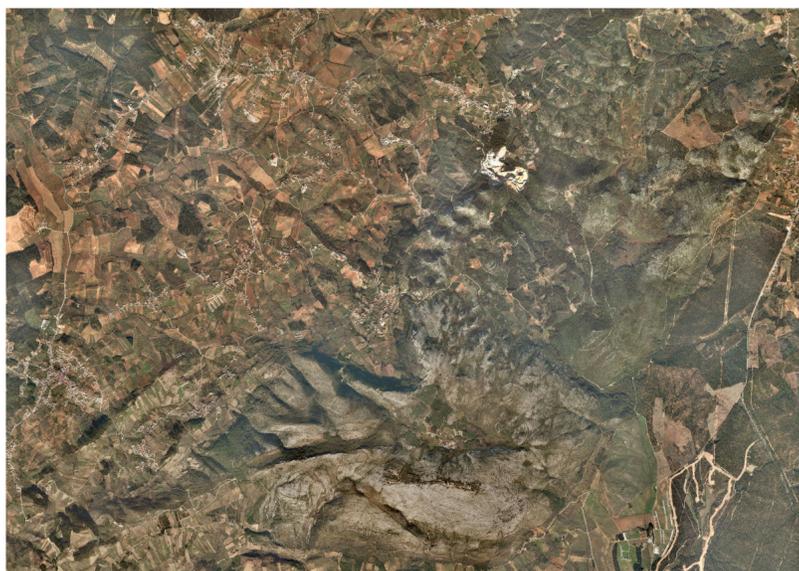
designação

serra de montejunto

descrição

Esta serra destaca-se pela sua beleza natural criada pela sua geomorfologia e pela presença de afloramentos rochosos calcários que contrastam com a vegetação em parte constituída por plantas espontâneas adaptadas às condições ecológicas que a mesma oferece, designadamente a azinheira e o carrasco.

A Serra de Montejunto é classificada como Área de Paisagem Protegida e Sítio da Rede Natra 2000.



designação
salinas de rio maior

descrição
As salinas de Rio Maior são uma paisagem única na região pela forma dos tanques, pelas casas em madeira, pelas pirâmides de sal mas sobretudo pela sua localização a 30km do mar, no sopé da serra dos Candeeiros numa zona envolvida por arvoredo e terras de cultivo. São um exemplo único no país na exploração de sal-gema.



designação

serra d'aire e candeeiros

descrição

As serras d'Aire e Candeeiros distinguem-se da restante paisagem pela sua altitude e pelas suas características morfológicas e litológicas. A natureza calcária aliada à ausência de água á superfície dão origem a uma paisagem com características únicas na região e no país e que levaram á sua classificação como Parque Natural. A actividade humana nestas serras foi condicionada pelas suas características naturais que deram origem a uma singularidade de usos. Como sítios ou locais com especial interesse paisagístico destacam-se os muros de despedrega, o polje de minde e o olival serrano



17 a

Designação
serra d'aire e candeeiros
 cerrados

descrição
 Os muros de pedra solta ou *cerrados*, são a forma mais característica e expressiva da exploração dos solos pelo homem ao longo do tempo. A sua extensão criam uma emaranhado de linhas na paisagem, criando formas peculiares e únicas na paisagem.



17 *b*

designação

serra d'aire e candeeiros
olivais serranos

descrição

Estes olivais serranos constituem uma paisagem agrícola com elevado interesse paisagístico por constituírem um exemplo de uma forma tradicional de exploração do solo pelo homem. O forte contraste entre os muros de pedra solta que fazem a delimitação de propriedade e de parcelas e as árvores que pontuam o seu interior e se estende por vários quilómetros é a característica mais marcante desta paisagem.



17 d

designação

serra d'aire e candeeiros

polje de minde

descrição

O polje de Minde constitui uma das mais interessantes formas da morfologia cársica em Portugal. Localizado entre Mira d'Aire e Minde consiste numa grande depressão que alaga com alguma frequência durante o inverno criando por vezes um grande lago pontuado por copas de árvores, designadamente os castanheiros e oliveiras que constituem o coberto vegetal desta área. É deste modo uma paisagem singular com um forte carácter paisagístico e geomorfológico.



designação

moinhos da pena

descrição

Estes moinhos localizados nas imediações do Parque Natural da Serra d'Aire e candeeiros são o maior aglomerado de moinhos de vento do país. Destaca-se o seu enquadramento paisagístico ao longo de uma cumeada.



designação
estuário do tejo

descrição
O Estuário do Tejo constitui uma zona húmida de importância internacional, especialmente como habitat de aves aquáticas. É, na sua maioria, constituída por zonas de lamas esturianas, sapais, açudes, salinas, mouchões e terrenos agrícolas, que explicam a diversidade de espécies animais e de vegetação, sendo de uma riqueza biológica e paisagística enorme.



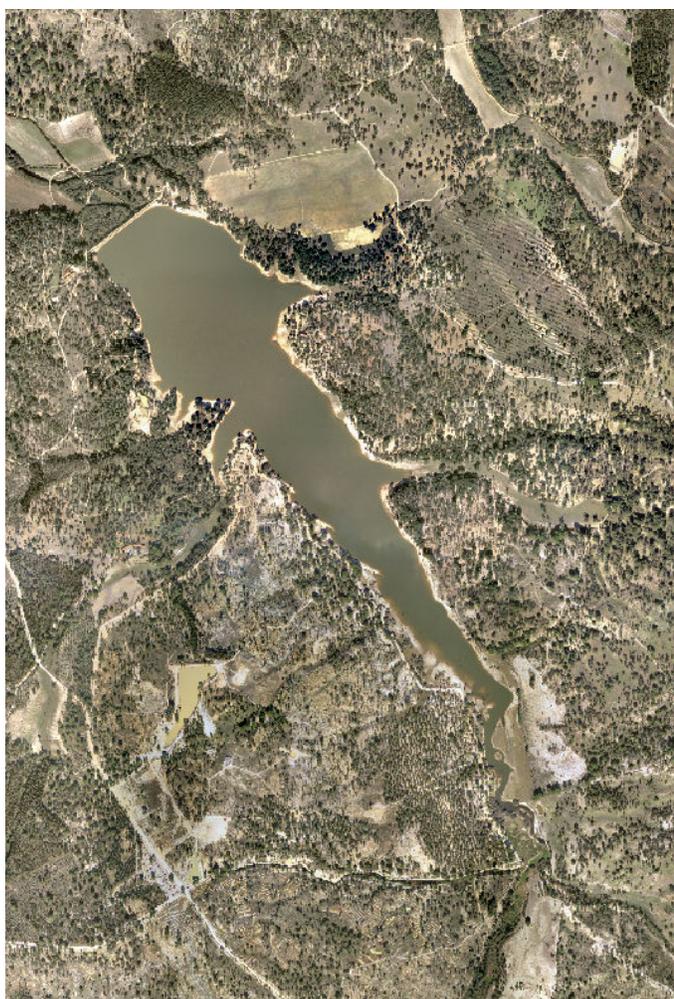
20

designação

açude do monte da barca

descrição

Este açude, localizado perto da vila de Coruche, tem uma albufeira rodeada por maciços de sobreiro e pinhal, constitui um elemento que destaca da envolvente criando um espaço com elevada qualidade paisagística.



21

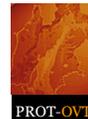
designação

vale do sorraia

descrição

Paisagem com intensa actividade agrícola de regadio e pecuária , a qual cria uma singularidade única que contrasta fortemente com as margens florestadas, e com os aglomerados urbanos em povoamento concentrado.





22

designação

açude da agolada

descrição

Os valores naturais e a localização deste açude, numa área dominada por povoamentos de montado e pinheiro manso, são fundamentais para a sua qualidade paisagística. Este açude é um Sítio Classificado que visa a protecção e conservação dos seus valores naturais.

designação

lezíria do tejo
escaroupim, paúl do boquilobo

descrição

A lezíria do Tejo constitui um exemplo emblemático das paisagens agrícolas portuguesas. O contraste entre a grande extensão de campos agrícolas regados, o plano de água, as margens do rio ora escarpadas ora planas são aspectos únicos. Ao longo da sua extensão existem diversos pontos de interesse mas destacam-se: Escaroupim e a zona húmida do Paúl do Boquilobo.



designação

médio do tejo - almourol

descrição

Situado numa pequena ilha escarpada, no curso do médio Tejo, o castelo de Almourol é um dos monumentos medievais mais emblemáticos do país que imprime uma beleza única a toda a envolvente.



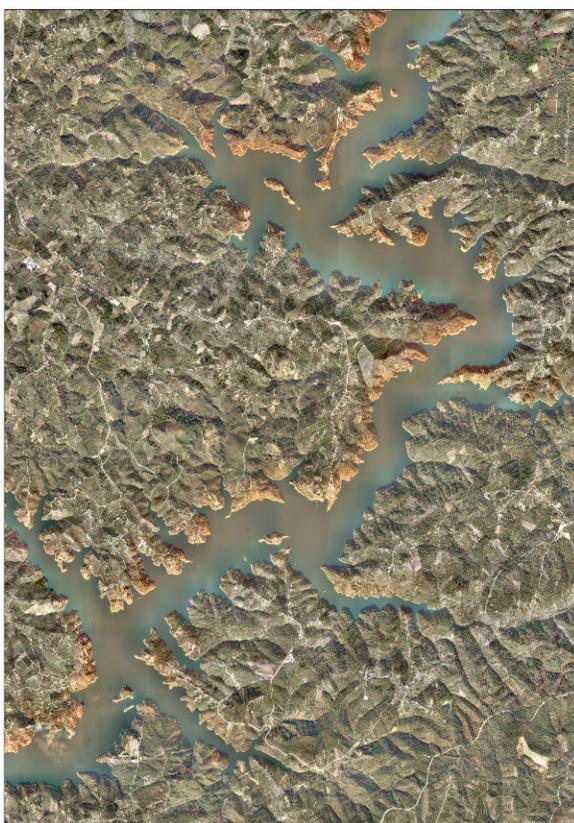
25

designação

castelo de bode

descrição

A Albufeira do Castelo de Bode é um dos maiores planos de água do país. Criada no curso do rio Zêzere, o seu plano de água estende-se por uma vasta área criando um forte contraste com a ocupação florestal de pinheiro da sua envolvente.



designação
serra sicó

descrição

Esta serra constitui mais um dos magníficos exemplos da paisagem cársica da região. Neste maciço cujas características estruturais e geomorfológicas conduzem a uma forte penetração das águas superficiais no interior da massa calcária, tornando a superfície seca e a rocha nua, desenvolve-se, assim condicionada, uma vegetação de características mediterrâneas da qual constituem relíquias as raras manchas de carrasco e pequenas áreas residuais das matas de carvalho-cerquinho e sobreiro.

